



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Departamento de Ciências da Informação e Documentação

**ACESSO À INFORMAÇÃO E O INTERESSE POPULAR PELA POLÍTICA.
ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS TRANSMISSÕES DA TV SENADO
SOBRE O INTERESSE DE ESTUDANTES NA POLÍTICA NACIONAL**

Por: Amani Mohammad Abdelrahman Jaber

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzana Pinheiro Machado Mueller

Co-orientador: Prof. Dr. Eron Brum

BRASÍLIA – DF

2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Departamento de Ciências da Informação e Documentação

AMANI MOHAMMAD ABDELRAHMAN JABER

**ACESSO À INFORMAÇÃO E O INTERESSE POPULAR PELA POLÍTICA.
ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS TRANSMISSÕES DA TV SENADO
SOBRE O INTERESSE DE ESTUDANTES NA POLÍTICA NACIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, à Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília.

**Orientadora: Prof^a. Dr^a Suzana Pinheiro Machado
Mueller**

BRASÍLIA - DF

2006

Dedico este trabalho e cada gesto bom que pratico à minha família: razão da minha vida.

Especialmente, à extraordinária mãe que Deus me deu, Fatmeh Hamad.

Jamais poderemos agradecer por toda sua dedicação inabalável em busca da felicidade da nossa família. Obrigada pela inteligência, exemplo, dignidade, coragem e estar ao meu lado, sempre e para sempre. Mama, você é mãe no sentido mais valoroso da palavra.

Todas as minhas conquistas são para você!

Aos meus amados irmãos:

Inal, Manal e Aisar:

Pela ligação indissolúvel, alegrias, parceria, companheirismo, cumplicidade, brincadeiras e por todos os dias. Sem vocês tudo teria sido impossível. Obrigada por vocês existirem.

AGRADECIMENTOS

O mestrado, dentre tantas atribuições, também nos concede a rara oportunidade do agradecimento 'registrado'. O registro é muito bem-vindo para a Ciência da Informação. Mas a gratidão é bem-vinda para a vida. Agradeço, imensamente:

A Deus

À minha paciente e nobilíssima orientadora Suzana Pinheiro Machado Mueller. Pelas palavras certas, nas horas certas. Por me incentivar e me acalmar. Por toda sabedoria. Pelos ensinamentos teóricos e, principalmente, para a vida. E pelo inesquecível 'Pigmaleão'. Minha admiração e respeito. Muito obrigada! Foi uma honra!

Ao querido professor Eron Brum por me incentivar a fazer mestrado. Acreditar em mim. Pelas longas conversas sobre política e mestrado. E por clarear tantas vezes o meu caminho neste trabalho. Minha admiração e respeito. Muito obrigada!

À querida e gentil professora Sueli Angélica do Amaral pelas longas conversas nos momentos de decisões. E pelas contribuições sempre cercadas de carinho.

À atenciosa professora Seli Maria Costa, que tão bem me recebeu em Brasília.

Ao dedicado professor Richard Perassi, orientador da minha especialização e, que mais uma vez, aceita participar de outra etapa da minha vida acadêmica em busca do crescimento. Muito Obrigada!

À minha mãe Fatmeh, também professora. Por me proporcionar dentro de casa tranquilidade e esclarecimentos frutos de sua experiência profissional.

Ao meu irmão Aisar Mohammad Jaber. Incansável em ajudar-me a vencer esta jornada. Por tantas vezes que buscou, levou e entregou algo por mim todas as vezes que eu não podia. Pelo tempo que aguardou por mim nos estacionamento da tevê e da universidade, todas as vezes que eu dizia que 'ia dar uma passadinha pra falar com o professor'. Por ser tão companheiro. Por me apoiar, pelas palavras de crédito e incentivo. Você é uma benção! Contar com você deixou tudo mais divertido. Valeu Jaka!

Ao diretor da TV Senado jornalista James Mesquita, à jornalista Miriam Violeta e ao programador, também ambos da emissora, pelo esclarecimento de todas as dúvidas, entrevistas e material fornecidos.

À direção, colegas e amigos da TV Campo Grande (SBT/MS) onde trabalhava no início desta jornada e da TV Morena (Rede Globo/MS) e TV Assembléia de Mato Grosso do Sul, onde trabalhei no percurso e conclusão deste mestrado, pelo apoio que tornou possível a concretização desta pesquisa.

Aos queridos amigos Aldo e Bia que tão carinhosamente me acolheram em Brasília. Dividi com vocês momentos de boas lembranças. Obrigada pelo apoio e torcida!

Á minha amiga Francieli Adam Comparim por todas as vezes que me socorreu e tudo sempre terminava em pizza.

Ao meu amigo Marcelo Cuenga pela colaboração na execução e montagem do vídeo apresentado neste trabalho.

Ao Coordenador do Curso de Jornalismo da Uniderp Prof. Joaquim Sucena Lanes que prontamente atendeu-me todas as vezes que precisei visitar a universidade em virtude da pesquisa.

Ao Clodoaldo, da equipe de coordenação do curso de Jornalismo da Uniderp, que gentilmente, acompanhou-me em todas as visitas às salas de aula.

A todos alunos, que atentamente, participaram da pesquisa, desde o levantamento inicial, pré-testes ao questionário final.

Aos professores de Jornalismo da Uniderp que nos cederam espaço e, gentilmente, autorizaram a aplicação dos pré-testes e do questionário, durante a aula.

Aos colegas de mestrado com quem compartilhei dúvidas, expectativas, alegrias e experiências.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram-me a realizar este trabalho e, não estão, aqui, nominalmente citados.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas

Resumo	v
Abstract.....	vi
1 Introdução	1
<hr/>	
2 Ciência da Informação e da Comunicação	7
<hr/>	
2.1 O acesso à informação, cidadania e a formação de opinião.....	9
3. Justificativa do Estudo	11
<hr/>	
4. Problemas e Objetivos da Pesquisa	13
<hr/>	
4.1 Objetivo Geral.....	14
4.2 Objetivo Específicos.....	14
5. Efeitos da Mídia e da Informação	15
<hr/>	
5.1 Formação da opinião.....	16
6. Efeitos Tecnológicos	17
<hr/>	
6.1 A informação produto das mudanças tecnológicas.....	17
6.2 A informação fragmentada.....	18
6.3 Democratização da comunicação e da informação.....	19
7. A Tevê	22
<hr/>	

7.1 Tevê no brasil.....	22
7.2 Tevê por assinatura.....	23
7.2.1 Histórico.....	23
7.2.2 Lei do Cabo.....	24
8. Tevê legislativa	26
<hr/>	
8.1 interatividade.....	27
8.2 surgimento da tv legislativa.....	27
8.3 as tevês legislativas no brasil.....	28
8.4 a TV assembléia de Minas Gerais. a primeira tevê legislativa do país.....	29
8.5 Acesso às tevês legislativas.....	30
8.6 Canal legislativo.....	30
8.7 Sistemas de informação.....	31
8.8 O Parlamento depois das tevês legislativas.....	33
8.9 Feitiço de Narciso.....	34
<hr/>	
9. Mídia e Política	35
<hr/>	
9.1 A força da TV.....	35
9.2 Mídia e Política: Eleições.....	36
9.3 Comunicação de Massa.....	36
10. TV Senado	38
<hr/>	
10.1 De Machado de Assis às tevês legislativas.....	39
10.2 Surgimento da TV senado.....	41
10.3 Audiência TV Senado.....	42
10.4 Estrutura.....	43

10.5 CPI dos Correios.....	43
10.6 Visibilidade.....	44
10.7 Repercussão.....	46
10.8 Embrião das tevês legislativas.....	50
10.9 Programação.....	51
10.10 Prioridades.....	52
10.11 Programação no início da TV senado.....	53
10.12 Crescimento e futuro das tevês legislativas.....	55
10.13 Desafios.....	56
11. Procedimentos Metodológicos	
<hr/>	
11.1 Tipo de Pesquisa.....	56
11.2 O caso estudado.....	56
11.3 Os respondentes.....	56
11.4. Coleta de dados.....	57
11.5 Instrumento de coleta de dados.....	58
11.6 variáveis.....	60
12. Avaliação do questionário aplicado aos acadêmicos do sétimo semestre (quarto ano) de Jornalismo da Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp)	62
<hr/>	

12.1 Descrição das respostas.....	67
12.2 Visibilidade da tv senado.....	76
13. Conclusões	77
<hr/>	
14. Referências Bibliográficas	81
15. ANEXOS.	
ANEXO I – PROGRAMAÇÃO TV SENADO.....	86
ANEXO I – NORMAS TV SENADO.....	87
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	97

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo descrever a influência das informações transmitidas pela TV Senado sobre a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Correios, CPI dos Correios, na formação da opinião política de estudantes de jornalismo. Por ser um assunto pouco estudado nos âmbitos da Ciência da Informação e da pesquisa acadêmica, optou-se por um estudo de caso. A CPI dos Correios foi transmitida pela TV Senado sem edição e interferência diferenciada, em relação às mídias comerciais. A comissão foi realizada de junho de 2005 a abril de 2006, e teve origem em denúncias de corrupção envolvendo os Correios. O assunto chamou a atenção de todo o país e foi divulgado por todas as mídias. A CPI dos Correios ampliou a visibilidade da TV Senado. A emissora superou a audiência de outras emissoras comerciais e registrou a maior audiência dos seus dez anos de história, completados em fevereiro de 2006. As transmissões das sessões na íntegra, ao vivo ou reprisadas, deram, ao telespectador, a oportunidade de acompanhar os trabalhos parlamentares de maneira detalhada. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, utilizou-se de um levantamento de opiniões com base em questionário com alternativas pré-escolhidas e espaço para comentários ou alternativa não mencionada (semi-aberto), foi feita com estudantes de jornalismo da Uniderp – MS.

Buscou-se verificar as reações (opiniões políticas e intenções de voto) dos estudantes sobre os parlamentares e sobre política a partir das informações obtidas nas transmissões da TV Senado. O pré-teste para testar o instrumento de coleta de dados foi feito com alunos do 1º, 2º e 3º anos de jornalismo. A versão final do questionário, auto-administrado, com perguntas semi-abertas, foi aplicada em sala de aula, uma única vez, com a presença do professor, com os 28 alunos do sétimo semestre. Mas doze por terem assistido “de alguma forma ou em algum momento à transmissão da CPI dos Correios” pela TV Senado foram os respondentes finais desta pesquisa. A avaliação do questionário mostrou que, no grupo analisado, a transmissão pode interferir nas opiniões e decisões políticas dos estudantes. Por fim, são apontadas direções e recomendações para a realização de novas pesquisas.

Palavras-chaves: Tevê Legislativa, TV Senado, CPI dos Correios, Processo de Comunicação, Opinião Política, TV Pública.

ABSTRACT

The present research had as objective to describe the influence of the information transmitted for the TV Senate on the Mixing Commission Parliamentarian of Inquiry of the Post offices, "CPI dos Correios", in the formation of the journalism students' politics opinion. As the subject is little studied in the scopes of the Science of the Information and the academic research, a case study was opted. The CPI of the Post offices was transmitted by the TV Senate without edition and no differentiated interference, in relation to the other commercial medias. The commission was realized from June of 2005 until the April of 2006, and had origin from denunciations of corruption involving the Post offices. The subject called the attention through all the country and was divulged by all the medias. The CPI of the Post offices extended the visibility of the TV Senate. The Senate TV surpassed the hearing of other commercial senders and registered the biggest hearing of its ten years of history, completed in February of 2006. The transmissions of the complete sessions, live or showed, had given, to the viewer, the chance to follow the parliamentary works in a detailed way. The research with a explorative and descriptive character, used a survey of opinions with alternatives chosen questionnaires based on daily experiences and space for commentaries or alternative not mentioned (half-open), was made with students of journalism of the Uniderp - MS. The searched tried to verify the reactions (opinions politics and intentions of vote) of the students about the parliamentarians and the politics with the information gotten in the transmissions of the TV Senate. The daily pay-test to test the instrument of collection of data was made with students of 1^o, 2^o and 3^o years of journalism. The final version of the questionnaire, auto-managed, with half-open questions, was applied in classroom, only once, with the presence of the teacher, with 28 students of the seventh semester. But twelve, because of having attended "of some form or at some moment the transmission of the CPI of the Post offices" for the TV Senate had been the final respondents of this research. The analysis of the questionnaire showed that, with the analyzed group, the transmission can interfere in the opinions and politics decisions of the students. Finally, directions and recommendations are pointed to the accomplishment of new research.

Word-keys: Legislative TV, TV Senate, CPI of the Post offices, Process of Communication, Politics Opinion, Public TV.

1.Introdução

A recente crise política do país pode ter se transformado em um referencial para a mudança de comportamento do cidadão. Todos os canais de comunicação disponíveis à sociedade, jornais e revistas impressas, televisão e *sites* de notícias na Internet dedicaram tempo e espaço no sentido de noticiar e comentar eventos relacionados à chamada crise e, especialmente, à ação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). A população parece ter se interessado em acompanhar o que acontecia na política nacional. Desta vez, o cidadão contou com um advento cuja repercussão foi considerada inédita no país: o das tevês legislativas.

Os canais legislativos, em processo de consolidação e crescimento em todo o país, permitem à população conhecer, avaliar e fiscalizar os seus representantes. Nenhum veículo de comunicação ou mídia tem o conteúdo que as tevês legislativas oferecem hoje, no que se refere às atividades parlamentares. É o legislativo de portas abertas, o que torna impossível controlar a informação que a população verá. Em entrevista para a TV Senado a jornalista Letícia Renault disse que o cidadão “se apropria do que acontece lá dentro”. O que for feito ou dito durante as sessões ou comissões será visto, não haverá como voltar à fita.

O acesso às tevês legislativas, e conseqüentemente, à TV Senado é restrito aos telespectadores que pagam por tevês por assinaturas, compram antenas especiais ou acompanham a programação, a partir da disponibilidade de um computador e de uma conexão da internet.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), 493 municípios brasileiros (8,9% do total) dispõem de serviços de MMDS (transmissão local por microondas) e cabo, ambos pagos. Este número corresponde a 92.248.677 habitantes (52,7% do total, segundo o IBGE). Os sinais de TV por assinatura por MMDS e por cabo chegam à cerca de 29 milhões de casas. E em todo país o número de assinantes chega a 3,5 milhões. Em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, são 12 mil assinantes.

Segundo Renault (2004, p.81) os canais legislativos “estariam em busca do olhar do cidadão individualizado no telespectador, visando conquistar alguma atenção da sociedade brasileira. Uma atenção a ser construída a partir de um ponto de vista próprio e não necessariamente do que é emitido pela mídia convencional”.

Nesta dissertação, pretende-se investigar possíveis influências das transmissões de informações políticas livres de interferências ou interesses próprios de canais comerciais, como são as transmissões da TV Senado, na formação da opinião política de acadêmicos de jornalismo da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, de Campo Grande (MS). As tevês legislativas surgiram da idéia de se oferecer à população um canal que pudesse aproximar o cidadão do parlamentar por meio da informação sobre trabalhos legislativos, sem a edição, cortes e editoriais dos outros canais de televisão comerciais. Embora essas tevês estejam disponíveis apenas para uma parte da população, a que tem TV por assinatura, o número potencial de telespectadores é significativo. Em Campo Grande são 12 mil assinantes.

O tema deste estudo, acesso à informação e formação de opinião do cidadão, interessa a várias áreas, tais como a comunicação, a educação, a psicologia, a sociologia, ciências políticas e também à ciência da informação. A literatura da ciência da informação tem discutido a importância das mídias de comunicação na formação do cidadão. Em 1990, a American Library Association, ALA, entidade que regulamenta os cursos de biblioteconomia e ciência de informação nos Estados Unidos, emitiu um documento em que se posicionou com relação à introdução e manutenção, nas bibliotecas escolares, de centros de mídia. A ALA propunha que tais centros funcionassem com o objetivo de prover uma variedade de recursos e informações, em diversos tipos de mídias, de forma que o estudante pudesse explorar de maneira mais completa do que o que é possível em sala de aula, seus interesses e curiosidades pessoais, expandindo a imaginação e desenvolvendo sua habilidade de pensar de maneira clara, crítica e criativa. A motivação da ALA estava na crença que cidadãos bem informados têm mais possibilidades de realizar seu potencial, pensar criticamente e resolver problemas de seu cotidiano. Serão capazes, também, de votar com mais consciência. (ALA, 1990).

Neste trabalho, a relação entre o acesso à informação sobre alguns fatos da política brasileira que ocorreram em 2005-2006 – a Comissão de Inquérito sobre os Correios, conhecida como a CPI dos Correios – como transmitida pela TV Senado e a formação de opinião política de estudantes de jornalismo será investigada. O pressuposto é que, recebendo menos interferência de intermediários, essas transmissões os deixariam alertas e interessados nos acontecimentos políticos e provocariam reflexões que poderiam influenciar sua intenção de voto nas próximas eleições.

Sendo assim, pretende-se analisar de que forma a tevê legislativa atua no universo dos acadêmicos que têm tevê por assinatura e que vivem um período intensivo de formação da opinião. E ainda, de que forma o assunto é discutido dentro de casa, com as famílias destes universitários. Segundo Maranhão (1993, p.31) “a própria comunidade acadêmica científica trabalha com vistas ao poder de opinião sobre o restante da sociedade civil e, dela, apreende também as formas e os princípios de sua organização independente dos serviços que presta à classe política”.

Pretende-se detectar, portanto, até que ponto as influências da TV Senado, através do estudo de caso, da CPI dos Correios, têm despertado o interesse de um grupo de estudantes de jornalismo e afetado a sua opinião.

Os partidos e os políticos vivem sempre uma eterna busca na tentativa de se aproximar do cidadão e, conseqüentemente, do eleitor. Eles buscam se tornar mais próximos, mais conhecidos e mais populares. Em seu livro “O Palco da Simulação” Brum (1988) cita vários exemplos do que pensam eleitores e eleitoras como forma de comunicação mais eficiente para assimilar a imagem e a mensagem do político. Homens e mulheres com faixas etárias e graus de escolaridade diferentes citam a televisão como meio mais eficiente de propaganda do candidato. Isso só reforça a importância dos trabalhos divulgados integralmente e sem cortes pelas tevês legislativas. Lembrando que, com a tendência de ampliação da transmissão dos canais para as tevês abertas, as tevês que mostram as atividades parlamentares na íntegra à sociedade, podem se tornar uma ferramenta poderosa na formação da opinião do cidadão.

Os canais legislativos instalados no Parlamento surgem como um passo para a universalização da informação do que acontece nas casas legislativas brasileiras. Os atores em interlocução são, de um lado, os parlamentares - senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores, eleitos para exercer mandatos populares por períodos determinados e, do outro lado, está o cidadão que é quem delega aos parlamentares o direito de legislar em seu nome.

A informação sempre disponível nas tevês legislativas preenche um vazio de informação que já havia sido reconhecido por Renault. Segundo essa autora (Renault 2004 p.15) “o intervalo entre os períodos eleitorais tem sido, para a maioria do eleitorado brasileiro, de difícil acesso e de distanciamento dos representantes nas casas legislativas. A possibilidade de comunicação torna-se precária justamente quando os eleitos passam a atuar como parlamentares em nome de quem os elegeu. Mesmo o deslocamento físico de um eleitor até a Assembléia é algo que ocorre excepcionalmente”.

A TV Senado foi o canal legislativo escolhido para esta pesquisa porque já está consolidada e possui hoje a maior estrutura no segmento do país. Oferece uma programação diversificada e vem servindo de modelo para os canais legislativos que já se instalaram ou estão surgindo em todo o país. Vários programas originados pela TV Senado são adaptados e reproduzidos por tevês Assembléias e Câmaras em todo o Brasil. Da mesma forma, as regras criadas para ordenar o funcionamento da TV Senado passaram a servir como cartilha dos canais que divulgam o parlamento em todo o Brasil. A TV Senado é considerada por outras tevês do Parlamento uma cabeça de rede.

A crise política representada pela CPI dos Correios forneceu o fato para o estudo pretendido, investigação da relação entre a oferta da informação e o despertar de interesse político em um grupo de estudantes. De acordo com Castro (2005) a transmissão dos trabalhos desta comissão representou o maior fenômeno de audiência e visibilidade da TV Senado desde a sua criação, em 1996.

As tevês legislativas surgem de mudanças nos meios de comunicação. A tendência atual parece ser de os diversos canais privilegiarem um público específico, tornando-se especializados, como parece estar acontecendo com as tevês a cabo. Em A vida digital Negroponte (1999, p.157) explica o advento:

Na era da informação, os meios de comunicação de massa tornaram-se simultaneamente maiores e menores. Novas formas de transmissão televisiva como a CNN e a USA Today atingiram públicos maiores, ampliando ainda mais a difusão. Revistas especializadas, videocassetes e serviços por cabo deram-nos exemplos de *narrowcasting*, atendendo a grupos demográficos pequenos. Assim, os meios de comunicação se tornaram maiores e menos a um só tempo.

Freitas (2004) e Renault (2004), entre outros, escreveram sobre a influência do advento da televisão legislativa na atividade política, no âmbito do parlamento, e na organização formal da atividade parlamentar. Neste estudo, pretende-se verificar se as informações transmitidas atingem o grupo de acadêmicos estudado e em caso afirmativo como ele reage à atuação dos parlamentares.

A humanidade vive um momento onde as transformações são extremamente, voláteis. A força destas mudanças às vezes é tão rápida que o decorrer do processo pode ser imperceptível. As transformações passam a fazer parte da rotina e é muito comum assimilar novos comportamentos sem perceber o que levou a isso. Muitas vezes, ao pararmos para refletir, podemos perceber modificações no resultado, no produto, mas não havíamos notado as diferenças no processo, pela força da rapidez e da vulnerabilidade com que as coisas acontecem e começam a fazer parte do nosso dia a dia. Lima (2001) fala sobre essas transformações:

Vivemos um período da história humana em que as mudanças, além de radicais, acontecem em grande velocidade. Os paradigmas explicativos sobre o homem e seu lugar no mundo e as análises e interpretações decorrentes na maioria absoluta dos casos, tornam-se obsoletos ainda durante a vida de seus autores. Um breve retorno aos textos que há apenas 30 anos orientavam a pesquisa e reflexão sobre os problemas sociais no Brasil e na América Latina, ou eram referência obrigatória nas universidades de todo mundo, revelará um índice alto de obsolescência precoce. Além disso, não há mais paradigmas universais neste início de século XXI, proclamam os pós-modernos!

Teorias mais recentes mostram inúmeros estudos sobre o ciberespaço e a “sociedade em rede” de Manuel Castells (1999), e afirmam, segundo Lima, que o ciberespaço “redefine, articula e reescala, de maneira original, todos os elementos pertencentes à dimensão tecnológica, sociocultural e política da Comunicação”.



2 . Ciência da Informação e Comunicação

Este trabalho se situa em uma área de interesse comum à ciência da informação e à comunicação. A ciência da informação surgiu como área de estudo no período pós segunda-guerra mundial, motivada pela preocupação da organização do conhecimento científico, fenômeno que ficou conhecido como “a explosão da informação”, visando sua recuperação e comunicação. O artigo seminal de Vannevar Bush (1945), *As we may think*, tido como um dos marcos da origem da área, se preocupa justamente com a tarefa enorme de tornar acessível o estoque de conhecimento acumulado durante o período do esforço de guerra. A comunicação e o acesso à informação, estão no coração dessas preocupações. A área nasceu e se desenvolveu interdisciplinar. Saracevic (1992) inclui quatro áreas que mantêm relações mais intensas com a ciência da informação: biblioteconomia, ciência da computação, ciência cognitiva e comunicação.

A preocupação com a informação científica que motivou a emergência da ciência da informação evoluiu ao longo de sua história para abranger a informação em todos os seus aspectos, inclusive àqueles que envolvem a vida cotidiana do cidadão comum. Na atual era da Sociedade da Informação a preocupação da área se intensifica com questões de cidadania que coincidem em muitos aspectos com os interesses da área da comunicação. O Livro Verde da Sociedade da Informação (Sociedade da Informação, 2000, p.7) deixa essa identidade de interesses entre as duas áreas bastante evidente, referindo-se, por exemplo, às questões de educação, acesso à informação e comunicação: ‘no novo paradigma, a universalização dos serviços de informação e comunicação é a condição necessária, ainda que não suficiente, para a inserção dos indivíduos como cidadãos’

A origem etimológica da palavra comunicação vem do substantivo latino *communicationem* (séc XV), que significa “pertencente a todos ou a muitos”. E o verbo é *comunicare*, comunicar, que significa tornar comum, saber. Lima (25) explica que a ação de tornar comum a muitos pode ser resultado tanto de uma transmissão como de um compartilhamento, que são pólos opostos de uma ação de comunicar. Para que se transmita algo é preciso que esse algo possa ser apropriado e em seguida ‘transmitido’ a outro.’

Tendo em vista as novas características, Lima considera que parece mais apropriado denominar todo o antigo campo até aqui chamado de comunicação utilizando-se agora o plural “comunicações”. Uma das primeiras conseqüências dessas transformações é estabelecer, portanto, o caráter multidisciplinar a esta complexidade.

Segundo Santaella (1996, p.31), em qualquer situação em que uma informação seja transmitida de um emissor para um receptor tem-se aí um ato de comunicação, não havendo, portanto, confirmação sem informação.

A autora destaca diferenças entre o que ele chama de velha mídia (imprensa, cinema, rádio e à televisão aberta) e nova mídia o que inclui computadores multimídia, *CD-ROOM*, os aparelhos de FAX de última geração, bancos de dados portáteis, livros eletrônicos, redes de videotextos, telefones inteligentes e satélites de transmissão direta de tevê para as residências”.

No entanto, o termo comunicação, segundo o autor, tornou-se mais amplo, porque passa a abranger o campo de estudo das telecomunicações. Antes da revolução digital, de acordo com Lima, a área era entregue aos engenheiros e economistas. Isso significa que houve “diluição das fronteiras” e que se deve considerar “superado e incorreto o tratamento das telecomunicações, da comunicação de massa e da informática. Essa nova convergência obriga a um radical percentual teórico e conceitual”.

Uma das primeiras conseqüências dessas transformações é estabelecer, portanto, o caráter multidisciplinar a esta complexidade.

Matterlat e Matterlat *apud* Lima(1999,p. 9-10) confirma esta constatação

situados na encruzilhada de várias disciplinas, os processos de comunicação suscitam o interesse de ciências tão diversas quanto a filosofia, a história, a geografia, a psicologia, a sociologia, a etnologia, a economia, as ciências políticas, a biologia, a cibernética ou as ciências cognitivas....campo de observação científica, historicamente, se inscreveu em tensão entre as redes físicas e materiais, entre o biológico e o social, a natureza e a cultura, os dispositivos técnicos e o discurso, a economia e a cultura, as perspectivas micro e macro, o local e o global, o ator e o sistema, o indivíduo e a sociedade, o livre-arbítrio e os determinismos sociais.

Finalmente, unindo as duas áreas, LE COADIC, escrevendo sobre a ciência da informação (apud Santos 2003, p.09) afirma que “a comunicação é o processo, o mecanismo, a ação e a informação é a matéria, o produto que será comunicado. É papel da comunicação transmitir informação”.

2.1 O acesso à informação, cidadania e a formação de opinião.

A questão da informação como instrumento de poder e caminho para a cidadania tem sido tema freqüente dos autores da Ciência da Informação. Rocha (2000 p.1) falando sobre as mudanças ocorridas na sociedade devido às tecnologias de comunicação, liga a noção do acesso à informação ao exercício da cidadania, “*à medida que possibilita ao indivíduo compreender a dimensão dessa mudança e oferece os meios de ação individual e coletiva de auto-ajustamento. Para isso, no entanto, é necessário garantir ao indivíduo o acesso à educação e à informação.*” No mesmo tom, **Silveira (2000, p. 89)**, citando um texto em que Miranda argumentava ainda em 1977 que os países em desenvolvimento precisavam acelerar a disseminação da informação em todos os níveis de sua estrutura social, reafirma a importância desta questão ainda hoje, colocando o acesso à informação como a questão central para assegurar a cidadania. A relação entre o conhecimento, a informação e a comunicação também é objeto de estudo de Marteleto e Ribeiro (2001 p.60) que argumentam que “a falta de informações corretas dificulta às pessoas o acesso à realidade, ou seja, ‘ao como e porque as coisas acontecem’ e que a retenção das informações pelas fontes geradoras – cientistas, instituições, mídias, etc., impede a partilha democrática do saber”. Considerando esta última afirmação, a escolha da TV Senado como geradora de informações “sem interferências” parece apropriada par o estudo proposto.

Mas a informação sobre fatos políticos não é gerada apenas na mídia como lembra Brum (1988 p. 43)

além dos meios de comunicação de massa, há outros fatores não muito transparentes, alguns até mesmo encobertos, mas decisivos no desenrolar do sistema político: o chefe da família, o amigo influente, o vizinho ‘mais esclarecido’, os líderes de opinião, o marido, todos, em diferentes graus de intensidade, realizando um permanente trabalho de persuasão”.

Brum (1988, p.53) mostra ainda que “a forma mais adequada de comunicação entre os partidos políticos e os eleitores é um desafio que se acentua com a proximidade das eleições”. Em seu livro “O Palco da Simulação” o autor cita vários exemplos do que

pensam eleitores e eleitoras como forma de comunicação mais eficiente para assimilar a imagem e a mensagem do político. Homens e mulheres com faixas etárias e graus de escolaridade diferentes citam a televisão como meio mais eficiente de propaganda do candidato. Isso só reforça a importância dos trabalhos divulgados integralmente e sem cortes pelas tevês legislativas.

Segundo Lima (2001, 32) a mídia está presente de forma marcante em nossa sociedade neste início de milênio, em todos os aspectos de nossas vidas, como fonte de informação, de lazer e como instrumento de trabalho. Chamando a atenção para a convergência tecnológica entre telecomunicações, *mass media* e informática, Lima percebe a mídia “como elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural”, influenciando a economia e a cultura e movimentando interesses dos conglomerados transnacionais. Argumenta, ainda, que as transformações avancem de maneira desigual, atingindo mais lentamente parte da população mundial, “a centralidade da mídia faz com que suas implicações possam ser sentidas no cotidiano das pessoas independentemente de classe, etnia, sexo ou idade. Não surpreende, portanto, que a mídia tenha também se transformado em palco das disputas pelo poder político na contemporaneidade e, conseqüentemente, em fonte primeira das incertezas com relação ao futuro da democracia”.

As crises oferecem oportunidade de estudo, porque afetam os comportamentos. Lasswell, (1902, p.31), mostra que as crises ocorrem em determinadas ocasiões de tensão, especialmente aquelas em “se anunciam veredictos, lêem sentenças ou quando promulgam leis, assinam tratados, realizam votações”. Nos períodos que antecedem esses momentos, como o período de “negociação diplomática, deliberação das comissões, debates parlamentares, discursos eleitorais e formas similares de discussão pública” o nível de tensão é mais baixo. O episódio das CPI dos Correios pode ser configurado como período de alta tensão, com momentos em que as sessões de fato chamaram a atenção de todo o país. Parece, portanto, um episódio propício para o presente estudo.

3. Justificativa do estudo

Este trabalho busca compreender a influência das transmissões da CPIs pela TV Senado em um grupo de universitários de Campo Grande. Segundo Lasswell (1902, p.39) “o estudo científico do que é dito em diferentes canais de comunicação tem uma longa história e foi realizado com vários propósitos. Um dos objetivos mais comuns dos estudiosos tem sido a revelação do estilo dos escritores e dos oradores. Outro propósito tem sido o de mostrar as distribuições e tendências de idéias e sentimentos populares”.

Os universitários são receptores e multiplicadores no fluxo de informação. Eles recebem a informação, que pode ser codificada em conhecimento, o que destaca o papel deles na pirâmide da informação. Castells (1999, p.53) diz que: “conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade”.

A escolha dos estudantes como sujeitos deste estudo encontra respaldo em Maranhão (1993, p.31), segundo quem “a própria comunidade acadêmica científica trabalha com vistas ao poder de opinião sobre o restante da sociedade civil e, dela, apreende também as formas e os princípios de sua organização independente dos serviços que presta à classe política”. Sob esse aspecto, o estudo se justifica pela importância da formação da opinião de universitários para construção de uma sociedade com condições de cobrar e participar da política do país. Masuda (1995, p.45) diz que “a produção de valores informacionais e não materiais será a força motriz da formação e do desenvolvimento dessa sociedade”. O pensamento de Miranda (2003 p.53) complementa essa idéia: “é exatamente sobre o universo do conhecimento registrado, transmitido e reprocessado que trabalha a indústria da informação (...). É importante colocar esta problemática desde a perspectiva do conhecimento transferível e de seus efeitos nas relações sociais”.

Espera-se com este estudo contribuir para o entendimento da real possibilidade de que a relação informação disponibilizada/formação de opinião aconteça Não parece bastar estar

disponível para que a informação seja de fato assimilada e tenha algum efeito nas pessoas, e de modo mais amplo, na sociedade. Talvez seja no momento de crise ou em momentos de muita tensão, como diz Laswell, que isso tenha mais chance de ocorrer. Negroponte (1999, p.218) falando da Internet, mas cujas palavras poderiam ser estendidas também para outras mídias, mostra que “o acesso, a mobilidade e a capacidade de produzir a mudança são os fatores que tornarão o futuro tão diferente do presente. A superestrada da informação pode ser hoje em grande parte fogo de palha, mas é um indício do que vai acontecer amanhã”.

4. Problema e Objetivos da Pesquisa

O problema que motiva este estudo vem da preocupação da ciência da informação, e antes dela da biblioteconomia, com a repercussão social provocada pelo acesso ou inexistência de acesso à informação. Insere-se na linha de pesquisa Comunicação da Informação, do Programa de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, na medida em que seu foco é justamente o ponto de encontro entre informação e usuário. Embora não seja um estudo de usuário, no sentido que a expressão é entendida na literatura da área, normalmente estudos mais ligados à gestão da informação, compartilha com esses estudos da preocupação com a capacidade das fontes e serviços de informação atingirem seus usuários potenciais.

A questão de pesquisa refere-se à relação entre as informações transmitidas pela TV Senado sobre os trabalhos da CPI dos Correios e as opiniões sobre os parlamentares que atuaram nessas Comissões, formuladas por um grupo de estudantes de jornalismo da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), de Campo Grande (MS) que assistiram àquelas transmissões. A intenção é ganhar *insights* sobre essa relação que contribuam para um melhor entendimento da questão mais ampla, informação política (nesse caso ‘feita’ ao vivo sem interferências) influenciando opiniões sobre política e intenção de voto. Trata-se de um estudo muito preliminar, exploratório, bastante limitado quanto à abrangência e número de respondentes. Assim mesmo, julga-se que a novidade da abordagem contribua para a questão, ainda não muito explorada senão em termos quantitativos.

4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é:

Identificar a influência da transmissão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios pela TV Senado na formação da opinião política de estudantes de jornalismo do sétimo semestre (quarto ano) da Universidade para o Desenvolvimento da Região e do Estado do Pantanal (Uniderp).

4.2 Objetivos Específicos

A - Identificar fontes e hábitos de obtenção da informação envolvendo a TV Senado

B - Identificar percepção do respondente quanto a diferenças entre a informação política transmitida pela TV Senado e a informação transmitida por outras fontes.

C - Identificar compartilhamento feito pelo respondente com membros do seu círculo social (família, amigos, colegas de estudo e trabalho) das informações da CPI dos Correios obtidas por meio da TV Senado.

D - Identificar reação dos respondentes (opiniões políticas e intenção de voto) sobre os parlamentares a partir das informações obtidas nas transmissões da TV Senado.

5. Efeitos da Mídia e da Informação

Lima (2001, p.191) destaca que a mídia tem desempenhado outras funções nos seus usuários, que tradicionalmente, eram atribuídas aos partidos, tais como: “a) definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública, b) gerar e transmitir informações políticas, c) fiscalizar a ação das administrações públicas, d) exercer a crítica das políticas públicas, e) canalizar as demandas da população junto ao governo (...)” além disso “ a mídia é também responsabilizada por profundas mudanças na própria natureza do processo político”.

Lima (2001, p.305) considera ainda que a televisão, por meio das informações que transmite, está mudando o homem e a política de forma que a primeira transformação engloba a segunda. Contudo, é a videopolítica a que melhor representa, neste momento, o ‘videopoder’, ou seja, o que ele chama de ‘a força que nos está modelando’. É por este motivo, que, segundo o autor a videopolítica transforma a política no mais amplo contexto de um vídeopoder que está transformando em homoocular o homo sapiens produto da cultura escrita.

Lima (2001, p. 219) mostra em seu livro o que pensam vários autores sobre as perspectivas da mídia: “altera o caráter da política nas sociedades contemporâneas. Os que se apóiam no conceito de ‘esfera pública’ trabalhado por Habermas nos alertam sobre a capacidade da mídia de produzir “aquilo que é tornado/constituído como público”, transformando-se assim em “elementos confirmadores da atividade pública” (RUBIM, 1989).

O poder da informação é enfatizado na frase de Cohen (apud Lima 1963 p.220) “a mídia pode não ser muitas vezes bem-sucedida dizendo às pessoas o que fazer, mas a mídia é incrivelmente bem-sucedida dizendo à sua audiência sobre o que pensar”.

Os efeitos, segundo Lima são ‘constatações empíricas e teóricas’ que apontam para o reconhecimento do poder da mídia, vale dizer, informação, e ‘com efeitos comportamentais de curto prazo, mas de ‘efeitos cognitivos’ de longo prazo’. Saperas (apud Lima, original 1987, 2ª edição portuguesa em 2000, p. 21) define ‘efeito cognitivo’ como:

Conjunto das conseqüências da ação comunicativa, de caráter público e institucional, que índice nas formas de conhecimento cotidiano (dos saberes publicamente partilhados) que condicionam o modo como os indivíduos percebem e organizam o seu ambiente mais imediato, o seu conhecimento sobre o mundo e a orientação da sua atenção para determinados temas, assim como sua capacidade de discriminação relativa aos conteúdos da comunicação de massas” (p.21)

5.1 Formação da opinião

A formação da opinião é fruto do que o indivíduo acompanha, assimila e organiza. Maranhão (1993, 63) lembra que “a opinião, produto do esforço da argumentação humana, enquanto instrumento da antiga retórica, fundamento da própria política, renasce depois de vinte séculos de repressão da verdade revelada da tradição aristotélica - cristã e dois séculos de repressão da tradição racionalista-cartesiana”. Isso sem falar, no caso do Brasil, da ditadura. Segundo Lima (2001, 32).

Uma das características mais marcantes deste início de milênio é a centralidade da mídia na vida humana, seja como fonte de entretenimento, de informação ou como instrumento de trabalho. A convergência tecnológica entre telecomunicações, *mass media* e informática, gestada pela ‘era digital’, colocou a mídia como elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural e como o setor cultural mais dinâmico da economia internacionalizada, para o qual estão sendo canalizados os grandes investimentos dos conglomerados transnacionais. Mesmo que as transformações radicais de nossa época não atinjam toda a população mundial na mesma velocidade nem produzem conseqüências uniformes nas sociedades do planeta, é, sobretudo, a centralidade da mídia que faz com que suas implicações possam ser sentidas no cotidiano das pessoas independentemente de classe, etnia, sexo ou idade. Não surpreende, portanto, que a mídia tenha também se transformado em palco das disputas pelo poder político na contemporaneidade e, conseqüentemente, em fonte primeira das incertezas com relação ao futuro da democracia.

6 . Efeito tecnológico

6.1 A informação produto das mudanças tecnológicas

Para Maranhão (1993, p.30) “a revolução tecnológica da telecomunicação, de um lado, e da informatização da sociedade, de outro, estão construindo rapidamente uma nova paisagem nas relações sociais entre os cidadãos e as coletividades. Principalmente nas suas relações políticas com os poderes constituídos”. Ainda segundo o autor (p.30) “as relações entre os centros produtores do conhecimento e os centros de decisão política dos governantes estão a cada dia mais intermediadas pela participação de toda a coletividade e da opinião civil organizada”.

Vivemos na era da informação. MacLuhan já dizia em 1964 que a “mensagem é o meio” e, como lembra Mauro (1992, p.276), “nós não seremos cidadãos enquanto não aprendermos a ocupar espaços da mídia, que, é a ágora moderna, e entendermos que ela está do nosso lado, é o próprio espaço de nossa opinião”.

Mauro (p. 106) já havia proposto a criação da TV Cidadão, uma primeira idéia do que é hoje a TV Senado, “a tevê cidadão não seria a voz do governo”. Ele via a TV Cidadão como um “verdadeiro *listening post* da pesquisa perene sobre a repercussão na opinião pública das ações de qualquer governo... o que comprometeria a eficiência da comunicação de um produto”. (p.106). Ele cita como exemplo a Voz do Brasil. “Voz do Brasil é , na verdade, a voz do governo.

A TV Cidadão seria, sobretudo, “a Voz do Brasil pela voz do cidadão”. (p.106). “A TV Cidadão pode se constituir, no futuro, num espaço de comunicação mais eficiente, inclusive, para os programas políticos-eleitorais, que ocupam gratuitamente enormes espaços de comunicação de alto custo e, exatamente por isso, de audiência reduzida e ineficiente”. (p.107). E ele tinha perspectivas de que esse fosse um canal para dar chances do cidadão formar sua opinião.

Os autores se apressam para tentar acompanhar estas mudanças rápidas e compreender como elas afetam a sociedade. Lima (p.72) lembra, ainda, que já neste começo de século, o surgimento e a emergência de novas e revolucionárias tecnologias interativas de comunicações tornam obrigatórias uma rediscussão de novos conceitos, cada vez mais interligados à cultura. Este, aliás, é um aspecto fundamental, que Lima considera que ainda não foi absorvido em sua proporção necessária pelos teóricos do campo intelectual das comunicações.

Segundo Cairncross (2000), diante das novas tecnologias e do processo de mudanças velozes a comunicação também vive um fenômeno de profundas transformações, e neste aspecto, podem-se relacionar os telefones, a internet e as televisões por assinatura que possuem uma programação segmentada e fragmentada. Lima (2001, p.24) diz que “paralelamente às radicais transformações que ocorrem no mundo contemporâneo e colocam a Comunicação no centro mesmo do processo, este campo também está em profunda mutação e dele certamente emergirá uma nova configuração”.

6.2 A informação fragmentada

Segundo Maranhão (1993, p.70) temos a fragmentação da audiência de massa pela revolução da TV por assinatura, com programação segmentada segundo interesses específicos de 'targets' de audiência; canais de telejornalismo..de programas científicos e de pesquisa acadêmica para estudantes, etc.

A sociedade passou e passa por diversos processos de mudanças desde que se tornou consciente da sua inteligência. Segundo Azevedo (2005, p.09) “desde então, mudanças se tornaram constantes no em nosso meio e o homem, agora em sociedade, descobriu que tinha capacidade de se adaptar a estas mudanças”.

As tevês legislativas surgem da mudança nos meios de comunicação. A tendência é que na tevê, por exemplo, os canais se tornem específicos para um público, o que o torna cada vez mais especializado, como é o caso das tevês a cabo. Em A vida digital Negroponte (1999, p.157) explica o advento: Na era da informação, os meios de comunicação de massa tornaram-se simultaneamente maiores e menores...Atendendo a grupos demográficos pequenos. Assim, os meios de comunicação se tornaram maiores e menores a um só tempo.

A força destas mudanças às vezes é tão rápida que o decorrer do processo pode ser imperceptível. As transformações passam a fazer parte da rotina, e é muito comum assimilar novos comportamentos sem perceber o que levou a isso. Muitas vezes se ao parar para refletir podem-se perceber modificações no resultado, no produto, mas não sem que se houvesse notado as diferenças no processo, pela força da rapidez e da vulnerabilidade com que as coisas acontecem e começam a fazer parte do dia a dia de cada um. Lima (2001, p.21) fala sobre essas transformações: “Vivemos um período da história humana em que as mudanças, além de radicais, acontecem em grande velocidade... Um breve retorno aos textos revelará um índice alto de obsolescência precoce”.

6.3 Democratização da comunicação e da informação

Na década de 70 as novidades tecnológicas da época davam o formato do significado das mudanças. É o caso, por exemplo, do surgimento de alguns aparelhos como o vídeo-cassete, o gravador, a câmera de vídeo. Eram aparelhos que representavam uma democratização, não só da informação, mas principalmente, das comunicações.

Lima destaca diferenças entre o que ele chama de velha mídia (imprensa, cinema, rádio e à televisão aberta) e nova mídia o que inclui computadores multimídia, *CD-ROOM*, os aparelhos de FAX de última geração, bancos de dados portáteis, livros eletrônicos, redes de videotextos, telefones inteligentes e satélites de transmissão direta de televisão para as residências”. No entanto, o termo comunicação, segundo o autor, tornou-se mais amplo, porque passa a abranger o campo de estudo das telecomunicações. Antes da revolução digital, de acordo com Lima, a área era entregue aos engenheiros e economistas. Isso significa que houve “diluição das fronteiras” e que se deve considerar “superado e incorreto o tratamento das telecomunicações, da comunicação de massa e da informática. Essa nova convergência obriga a um radical percentual teórico e conceitual.

Cada mudança afetava o controle da mídia e a política das comunicações. As descobertas e inovações tecnológicas permitiram o desenvolvimento do cabo e das parabólicas, por exemplo, essenciais para o surgimento das tevês por assinatura. Os canais que fazem parte

da programação de uma tevê por assinatura caracterizam-se, fortemente, pela segmentação dos conteúdos, um dos fatores que subsidiaram o surgimento das tevês legislativas. Lima mostra que as novas tecnologias foram transformando o acesso do leitor/telespectador e criando novas possibilidades. “A progressiva introdução das tevês por assinatura, por exemplo, (cabo, MMDS ou satélite/DTH), a partir de 1995, aumentou a oferta de canais e reproduziu a tendência de fragmentação da audiência que já existia na mídia impressa (revistas), ampliando o número de alternativas para o espectador que pode pagar o preço do serviço”.

As transformações nas telecomunicações no mundo todo foram acontecendo em grande velocidade. Em fevereiro de 1996 foi aprovado o *Telecommunications Act* americano o que acelerou a onda internacional liberalizante de privatizações. O que provocou um aumento surpreendente de aquisições, fusões envolvendo Estados nacionais, bancos, grandes empreiteiras e empresas transnacionais privadas, estatais e mistas. Lima *apud* Ben H. Bagdikian , no prefácio à 5ª edição de seu livro *The Media Monopoly* (1997, p. XII-XIII) mostra que:

antes era possível descrever as empresas dominantes em cada mídia separadamente – jornais diários, revistas, rádio, televisão, livros e filmes. A cada novo ano (...), o número de empresas que controla todas essas mídias tem encolhido: de 50 grandes empresas [*corporations*] em 1984, para 26 em 1987, seguidas de 23 em 1990 e, então, na medida em que as fronteiras entre as diferentes mídias começam a explodir, para menos de 20, em 1993, em 1996 o número de grandes empresas de mídia com poder dominante na sociedade é próximo de dez.

Uma das conseqüências deste processo é a presença de conglomerados empresariais e organismos internacionais como poderosos atores na formulação da política de informação e comunicações.

É um processo de oligopolização do mercado global de mídia. As conseqüências são a fusão de diferentes políticas públicas, por exemplo. Já no Brasil, podem ser verificados

alguns fatores que vão transformando a comunicação como, por exemplo, estes a seguir, que, juntos convergiram para a criação das tevês legislativas:

Janeiro de 1995: Lei do cabo (Lei 8.977) – permite a participação estrangeira em até 49% do capital das concessionárias;

Julho de 1996: Lei Mínima (Lei 9.295) – permitiu a entrada de capital estrangeiro nas áreas de telefonia celular e de telecomunicações via satélite no limite de 49%, até julho de 1999),

Agosto de 1996: Emenda Constitucional n° 8 - quebra do monopólio estatal das telecomunicações;

Julho de 1997: Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472), que autorizou o poder Executivo a estabelecer quaisquer limites à participação estrangeira no capital de prestadora de serviços de telecomunicações.

Cada nova legislação acrescenta uma nova característica, portanto, ao processo de comunicação. Novas feições vão sendo assumidas na programação da tevê e o telespectador passa a ter à disposição, algo antes, inacessível, como é o caso das programações fragmentadas e específicas.

No processo de oligopolização ou monopolização, esse tipo de concentração no Brasil continua a ser a televisão, paga ou aberta.

“Assim como uma força da natureza, a era digital não pode ser negada ou detida”.
Nicolas Negroponte – A Vida Digital (1999)

7. A Tevê

7.1 Tevê no Brasil

Segundo Negroponte (1999, p. 70) “no mundo digital, as distâncias significam cada vez menos”. A televisão no Brasil surgiu em 1950, com a inauguração, em São Paulo, da TV Tupi, emissora do grupo dos Diários e Emissoras Associados. A empresa jornalística era liderada por Assis Chateaubriand.

O Brasil foi o quinto país do mundo a implantar a televisão e o primeiro na América Latina. De 1950 até metade da década de 1960, o país, ainda não havia conseguido superar a marca de 2 milhões de aparelhos receptores de televisão. As vendas se tornaram representativas em 1968, com o estabelecimento do sistema de crédito com o consumidor, as vendas aumentaram, rapidamente, até o fim do ano, já eram cerca de 4 milhões de receptores.

Em 1980 o Brasil já era o sexto país do mundo em número de televisores, superado apenas, por Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Federal, Japão e França.

As Emissoras Associadas (Tupi) estavam em franca ascensão e, poderiam, ocupar a posição de primeira rede nacional do país. A expansão da Tupi era cada vez maior. A rede operava em vários estados e a comunicação era ampliada com rádio, jornais e uma revista nacional que fazia parte do grupo.

Segundo Lima (2001, p.61) a Tupi começou a enfrentar problemas com a morte de seu fundador, o que intensificou a disputa interna pelo controle do Condomínio Associado.

7.2 Tevê por assinatura

7.2.1 Histórico

A primeira experiência de tevê por assinatura no país aconteceu em 1988 em São Paulo, quando a operadora Key TV transmitiu pelo sistema a cabo, corridas de cavalo para assinantes.

No entanto, a estréia considerada marco da tevê por assinatura foi o Canal Plus, em 1989, criado pelo empresário Mathias Machline, com programações especializadas e variedades de canais como o canal de esportes (ESPN americano), de notícias (a CNN) e um canal italiano (RAI).

Mas a lei só surgiu depois. No final do governo José Sarney, primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura, foi regulamentada a Portaria nº 250/89, 13/12/89. A medida criava a Distribuição de Sinais de Televisão (DISTV (TELEVISÃO)), por meios físicos a usuários ou, como foi denominado, o Serviço Especial de Televisão por Assinatura.

Em 1991, um grupo formado por intelectuais, sindicalistas e profissionais da área de comunicação defendia que a discussão sobre a instalação e exploração de redes de cabo deveria ser regulamentada por lei específica e que a discussão deveria ir para o Congresso Nacional.

O grupo redigiu um projeto de lei que foi encaminhado à Câmara Federal. A tramitação durou quase quatro anos e em 06 de janeiro de 1995 foi sancionada pelo, então, presidente, Fernando Henrique Cardoso a Lei nº 8977, que regulamenta o funcionamento dos canais fechados de televisão, que também ficou conhecida como “Lei de Cabodifusão”: os assinantes recebem programação mensal mediante o pagamento de uma taxa mensal.

No início da década de 90 as tevês por assinatura no país começaram a se expandir. A Editora Abril comprou o canal *Plus* e as *Organizações Globo* puseram em funcionamento o seu primeiro canal fechado a *Globo Sat*, que seria um distribuidora e produtora de canais fechados. Um sistema que cresceu e foi se consolidando com o respaldo de uma empresa de

comunicação com a força da Editora Abril e do potencial de expansão da maior rede de televisão do país.

7.2.2 Lei do Cabo

Lima lembra que mais recentemente, perspectivas abertas pela Lei do Cabo (Lei 8.977/95) fizeram emergir estudos sobre “mídia comunitária”.

O Congresso decidiu então incluir na Lei de Cabodifusão o artigo de número 23, que determinava, que a operadora de tevê a cabo, na sua área de prestação de serviço, deverá tornar disponíveis os canais básicos de utilização gratuita, especificados nas alíneas “b”, “c” e “d” do artigo 23:

“b) um canal legislativo municipal / estadual, reservado para uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios de área de prestação do serviço e a Assembléia Legislativa do Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões.

c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;

d)um canal reservado ao Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões”.

Com esta lei os parlamentos foram contemplados com um canal de televisão. Mas somente nas cidades que existem canais de tevê a cabo. Uma realidade que exclui a maioria dos brasileiros.

Imediatamente após a aprovação da Lei 8.977, as Assembléias Legislativas se articularam para criarem seus canais. O estado de Minas Gerais foi o pioneiro em fazer funcionar o seu canal. A TV Senado teve início no dia 15 de fevereiro de 1996 e TV Câmara Federal começou no dia 20 de janeiro de 1998. A lei já sofreu algumas alterações, a principal foi a criação de mais um canal, além dos previstos seis previstos originalmente. A TV Justiça contemplada pela Lei 10.461, de 17 de maio de 2002. Essa alteração permitiu que fosse

criado um canal de TV para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com a finalidade específica de divulgar as atividades do Judiciário brasileiro.

Pesquisas, como a dissertação do jornalista Luís Santana Freitas para obtenção do título de mestre pela Universidade Federal de Brasília (UnB) comprovaram a influência do advento da televisão legislativa na atividade política, no âmbito do parlamento, e na organização formal da atividade parlamentar. Pretende-se verificar se o cidadão está atento a estas alterações de comportamento dos congressistas. Se ele consegue discutir e identificar empenho dos parlamentares ou, apenas oportunidade de visibilidade, e de que forma isso interfere na hora de decidir o voto.

Segundo Negroponte (1999, p.164) “os modelos econômicos da mídia atual baseiam-se quase exclusivamente em ‘empurrar’ a informação e o entretenimento para o público. A mídia de amanhã terá tanto ou mais a ver com o ato de ‘puxar’”.

Com as tevês legislativas o cidadão passa a ter acesso ao que acontece no parlamento. As sessões e os trabalhos dos parlamentares que são abertos ao público dificilmente atraem uma pessoa comum para a Assembléia, Câmara ou Congresso. As transmissões, possíveis através da tecnologia via cabo, encurtam distância e proporcionam novas possibilidades, Kumar (p.24) diz que:

(...)A sociedade da informação, segundo seus teóricos, gera mudanças no nível mais fundamental da sociedade. Inicia um novo modo de produção. Muda a própria fonte da criação de riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídas pela informação e pelo conhecimento (...) O conhecimento não só determina, em grau sem precedentes, a inovação técnica e o crescimento econômico, mas está se tornando rapidamente a atividade-chave da economia e a principal dominante da mudança operacional.

Nesta pesquisa, através das transmissões das CPIs, pretendemos analisar se a TV Senado cumpre seu papel de informar o cidadão sobre os trabalhos legislativos ou se é apenas um meio de divulgação dos próprios parlamentares.

Lasswel (1902, 58) mostra que “as funções da linguagem devem ser distintas segundo as intenções de quem usa e os efeitos que alcança. Quando o objetivo consiste em influenciar o poder - e efetivamente - há algum impacto sobre este - estamos diante da função política da linguagem.”

8.1 Interatividade

Autores como Venício de Lima destacam um momento novo para a comunicação, uma nova “tendência”, que ele considera “particularmente promissora”, e que, segundo ele, “pode ser identificada como característica do novo cenário tecnológico, integrado e integrador, é a *interatividade*, isto é, a possibilidade de interação simultânea entre emissor e receptor (leitor e / ou espectador). Otimistas chegam até mesmo a chamar as sociedades deste início do século XXI de “sociedade interativas”, muito diversas, com certeza, daquela “sociedade de massas” idealizada no século XIX e que serviu de referência aos modelos teóricos da Manipulação e da Persuasão”

8.2 Surgimento da tevê legislativa

A tevê legislativa, como foi mostrado nas páginas anteriores, foi um advento das novas tecnologias que transformaram o acesso do leitor e criaram novas possibilidades, como a fragmentação e especificação de canais da tevê por assinatura, ‘imitando’ o que já existia nas editorias dos impressos e das revistas, que tratavam de assuntos como política, mulheres, culturas de forma segmentada.

Ela surgiu da lei que dá ao cidadão o direito de acompanhar tudo o que acontece no parlamento. Mas para muitos especialistas foi a oportunidade de mostrar também o Congresso com transparência, Fernando César diz que “A sociedade não entende muito o papel do legislativo. Quando começaram a funcionar os veículos...nós chamamos um grupo de especialistas, fizemos um seminário para saber como a sociedade via o Senado. Que acontece, o Congresso com seus defeitos é o mais importante na democracia representativa. E tudo que acontece aqui tem a ver com a vida das pessoas. Vai afetar pro bem ou pro mal. Tevê, rádio fazem, mostra ao vivo e a cores o trabalho que eles fazem. O trabalho é muito importante. Você vê quem é quem, quem tem interesse. Se tornou muito visível, muito transparente. As pessoas escolherem melhor”.

8.3 As Tevês Legislativas no Brasil

O Brasil aprovou os canais legislativos com atraso em relação a outros países. Nos Estados Unidos a televisão legislativa existe desde 17 de março de 1979. O canal é público, a partir

de um sistema chamado C-Span – Cable Satellit Public Affairs Network, e que transmite assuntos relativos à Câmara e ao Senado americanos. A transmissão é feita simultaneamente em rádio e Internet. Segundo Carlos Monteiro (2003) “o motivo é simples: o Congresso Nacional tem muitos deputados e senadores ligados a meios de comunicação no país. Muitos acreditavam que os canais legislativos poderiam competir ou tirar a audiência de emissoras comerciais”. “A verdade (observa Monteiro) é que esse argumento tentava mascarar a preocupação dos parlamentares, entre outras coisas de ser divulgado amplamente os projetos que estão sendo discutidos na Câmara e no Senado Federal”.

No Brasil, o surgimento dos canais de televisão das casas legislativas é relacionado com a regulamentação do sistema de televisão a cabo.

Segundo Fernando César Mesquita, ex-secretário de comunicação do Senado os canais legislativos no Brasil eram “uma necessidade diante do avanço tecnológico, diante da necessidade de se divulgar o trabalho das casas legislativas”.

Monteiro considera que o espaço destinado pelos canais abertos aos debates que envolvem as comunidades locais é pequeno. Os canais legislativos também foram criados para prestar serviços e difundir educação cultura e também - não apenas- política. A lei criou os canais legislativos possibilita muitas aberturas na programação, a principal é a inexistência de relação comercial. É permitido que seja veiculado apoio cultural e compra espontânea de parte dos canais, de produções independentes. As produções têm cunho educativo e cultural, além de campanhas institucionais públicas ou prestadoras de serviços. Uma abertura que parece contraditória do acesso dos não assinantes de televisão paga. A lei que criou esses canais não prevê a abertura para transmissão em sinal VHF1 e UHF.

A lei de Cabodifusão, em janeiro de 1995, obrigou as operadoras de televisão por assinatura a destinar às casas legislativas canais específicos, sem codificação, como parte do pacote básico.

O modelo brasileiro de tevê legislativa já chamou a atenção de chefes de estado que visitaram o Brasil, como foi o caso da delegação russa do presidente Vladimir Putin. Outro exemplo, poderá ser o da Argentina. A TV Senado do Brasil serve de embrião e modelo para a TV Senado Argentina que está em processo de implantação.

8.4 A TV Assembléia de Minas Gerais. A primeira tevê legislativa do país.

Segundo Renault (p.06), a TV Assembléia de Minas Gerais nasceu do “sincero propósito de dar base a uma política de aproximação com a sociedade. Atrofiado pelos 20 anos de exceção do regime militar, o Legislativo começou a se reencontrar com a sociedade no processo constituinte, no final da década 1980.”

A primeira tevê legislativa do país foi a TV Assembléia de Minas Gerais e, em seguida, três meses depois surge a TV Senado que se transformou em cabeça de rede das tevês parlamentares.

Criada para facilitar o acompanhamento dos trabalhos da Assembléia Legislativa pelos cidadãos, a TV Assembléia de Minas foi a primeira emissora legislativa criada após a publicação da Lei 8.977/95, que regulamenta o serviço de tv (televisão) a cabo no Brasil.

No dia 30 de novembro de 1995 foi ao ar o canal 40, em Belo Horizonte, hoje canal 11. No começo, eram duas horas e meia de programação, com transmissões reuniões do Plenário da Assembléia e reprises. Em 1996, a TV Assembléia de MG passa a transmitir 12 horas de programação. Um crescimento que incluiu, os primeiros programas gravados e editados. Em 1997, passou a ter uma grade básica de programas, muitos dos quais produzidos em estúdio, como os debates e entrevistas especiais. Já em 1998, a TV Assembléia chega ao satélite Brasilsat B3, o que lhe permite alcançar todas as regiões do Estado. A programação já alcançava 17 horas no ar, incluindo documentários e programas especializados nas áreas do Direito, da Política e da Cultura. Em 1999, consolida o processo de expansão para o interior do Estado. A partir de 2000, a TV Assembléia se firma como a emissora do Parlamento, da política e das eleições. E em 2002, alcança mais de 180 municípios mineiros.

O crescimento da TV Assembléia mineira é um dos mais importantes do país. Além de ser pioneira ela se transformou em referência para outras televisões legislativas brasileiras. A estrutura da emissora atinge não só a capital, mas quase todos os municípios de Minas Gerais. O que não acontece na maioria das emissoras legislativas do Brasil. Além, disso, a estrutura da tv (televisão) é uma das maiores já estabelecidas e em crescimento.

8.5 Acesso às tevês legislativas

Atualmente, o acesso às tevês legislativas, e conseqüentemente, à TV Senado é restrito aos telespectadores que pagam por tevês por assinaturas, compram antenas especiais ou acompanham a programação, a partir da disponibilidade de um computador e de uma conexão da internet.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), 493 municípios brasileiros dispõem de serviços de MMDS (transmissão local por microondas) e cabo, ambos pagos. Este número corresponde a 92.248.677 habitantes (52,7% do total, segundo o IBGE). Os sinais de tevê por assinatura por MMDS e por cabo chegam à cerca de 29 milhões de casas. E em todo país o número de assinantes chega a 3,5 milhões. Em Campo Grande são 12 mil assinantes.

8.6 Canal legislativo

Os canais legislativos são formados por um processo comunicativo de mídia eletrônica instalada no Parlamento e que, surge com um passo para a universalização da informação do que acontece nas casas legislativas brasileiras. Desta forma, os atores em interlocução de um lado são os parlamentares - senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores, eleitos para exercer mandatos populares por períodos determinados e do outro está o cidadão que é quem possibilita aos parlamentares o direito de legislar em seu nome.

Além das televisões legislativas surgirem da idéia de se tornarem um canal para aproximar o cidadão do parlamentar, elas são um meio de parte da população - a que tem tevê por

assinatura e que são 12 mil em Campo Grande - ter acesso aos trabalhos legislativos sem a edição, os cortes e o editorial dos outros canais de televisão comerciais.

8.7 Sistemas de Informação

Vale ressaltar a importância das tevês parlamentares como sendo um arquivo que ninguém tem à disposição. Trata-se de um material de pesquisa que se estende não só pela programação que é transmitida ao vivo, e depois reprisada, como pelo que é exibido durante a programação (sem transmissão ao vivo, por causa da prioridade que ficou estabelecida pelos manuais das tvs legislativas), e ainda, pelo que fica nos arquivos dos sites das tvs parlamentares. Podemos visualizar este arquivo como se fosse uma biblioteca, em que se torna possível a recuperação da informação. Miranda (p. 52) mostra que “quando buscamos as origens dos sistemas de informação centrados nos conteúdos informacionais, resulta óbvia a sua relação como sistemas de bibliotecas (tidas como repositórios e núcleos difusores do conhecimento). Toda evolução das bibliotecas – sejam elas públicas, universitárias, especializadas ou legislativas – esteve relacionada com a evolução das tecnologias de registro do conhecimento, passando por inscrições rupestres, papiros, códices em pergaminho, livros impressos até as versões atuais em cd-rom ou e-books, tanto em coleções estáticas nas estantes até as versões ditas virtuais que animam a web”. É claro, que estamos falando de uma modalidade diferente, que não se aplica, especificamente, ao termo biblioteca, mas cabe ao modelo, porque é inegável a importância deste conteúdo produzido e armazenado pelas tvs legislativas na recuperação da informação do que acontece nas casas de leis do país. Esta é claro uma tendência que ainda deve amadurecer e se tornar mais bem estruturada. É um processo que está bem no início, e que é variado e diferenciado, e principalmente, encontra-se em níveis de avanço diferentes em todo o país. Por exemplo, as casas de leis que estão organizando um sistema de transmissão dos trabalhos parlamentares recentemente ainda não possuem um sistema de recuperação da informação organizado. O que já não ocorre com as tevês parlamentares mais bem estruturadas, como é caso, do estudo a que nos dispomos a analisar: a TV Senado. Segundo o site oficial da TV Senado “O Arquivo de Imagens em Movimento da TV Senado possui um acervo que reflete a própria programação da TV Senado: variado e dinâmico, com ênfase para a atividade legislativa. São mais de 6.000 volumes (fitas) entre sessões plenárias, reuniões das comissões permanentes e temporárias e os programas produzidos e

veiculados pela TV Senado. Os volumes são armazenados em ordem numérica seguindo tabela própria de classificação, desenvolvida a partir das características da programação da TV Senado”.

Ainda segundo o site da emissora os acervos disponíveis são:

- Coleção das sessões plenárias ocorridas a partir de agosto de 1998;
- Coleção das reuniões das comissões permanentes e temporárias, transmitidas pela TV Senado, a partir de agosto de 1998;
- Edições do Jornal do Senado a partir de 1999;
- Programas de estúdio que fizeram ou fazem parte da programação desde agosto de 1998.
- Programas educativos e culturais que compõem o Catálogo da TV Senado.

Neste contexto, vale frisar que este é um recurso para o cidadão ‘ficar por dentro’ do que acontece nas casas legislativas em todo país, mas que ainda, é, praticamente, ignorado pelo receptor / cidadão/ eleitor, mas que é uma ferramenta à disposição da sociedade que pode trazer grandes benefícios no processo democrático. E, ainda, para reforçar esta idéia, cito Miranda (p.53) que explica que “é interessante constatar a manutenção do conceito de biblioteca como um coletivo de informações acessíveis disponíveis, em algum lugar. Aqui não há como escapar aos conceitos de disponibilidade e acessibilidade, familiares ao sistema de informação documental (...), só é disponível aquela informação que é materialmente disponível e que está organizada para prestar o serviço previsto”. E a acessibilidade que segundo Miranda (p.54) “refere-se à capacidade de permitir acesso às coleções organizadas, de qualquer ponto do sistema, dependendo das tecnologias disponíveis”.

O trabalho de manutenção e arquivo do material exibido nas 24 horas ininterruptas da TV Senado é feito pelo Arquivo de Imagens em Movimento da emissora que é responsável pela preservação do patrimônio cultural, histórico e político transmitido pela TV Senado.

No site oficial da TV Senado a equipe explica o trabalho como sendo “nossa missão é garantir à sociedade a conservação de parte expressiva da memória legislativa audiovisual

brasileira, assegurando o papel da TV Senado e do próprio Senado Federal na formação permanente da cidadania”.

São arquivados da programação da TV Senados todas as sessões plenárias e das reuniões das Comissões transmitidas pela emissora, programas de entrevistas, programas educativos, institucionais e especiais produzidos e veiculados pela TV Senado.

O acervo do Arquivo de Imagens em Movimento da TV Senado está disponível para consulta de qualquer cidadão que procure informações sobre a história legislativa contemporânea, produzida no Senado Federal.

8.8 O Parlamento depois da tevê legislativa

Existe um ponto que os autores que analisam o Parlamento sempre concordam: a implantação de um sistema de comunicação, com a força e o impacto da televisão (relação da palavra, imagem e som) mudou o comportamento de uma instituição bicentenária, pouco habituada às transformações – o Senado.

O ex-secretário de comunicação do Senado, Fernando César Mesquita, disse em entrevista à TV Senado – que não foi ar na íntegra – “ que todo esse projeto mudou muito o perfil do Congresso. A sociedade brasileira hoje acompanha com muita atenção o que acontece no Congresso. A própria mídia já não pode dizer o que dizia antigamente. Antigamente dia de segunda e sexta tava tendo sessão e a CBN dizia que o Congresso não tava fazendo nada. Com a rádio Senado, com a TV ninguém pode dizer que o congresso não ta trabalhando”.

A mesma opinião tem a ex-diretora da TV Senado Marilene Chiarelli, que disse, na entrevista para a tevê, segundo ela, “com o advento da TV os trabalhos no Senado começaram a ampliar, os Senadores começaram a fazer mais propostas e aparecer mais no plenário e a fazer mais discursos, realmente a tevê influenciou o próprio trabalho legislativo da Casa. E a partir daí foi mais fácil compor uma grade(de programação) que mais ou menos, - rígida ela nunca foi – mas ela era mais factível”- ou seja, com a presença dos senadores a tevê passou a ter mais eventos factuais para cobrir.

8.9 Feitiço de Narciso

Pela mitologia grega Narciso é quem é seduzido pela própria imagem, isto é, um simulacro do real. O que pode significar um ponto chave do que é a televisão: um simulacro: isso porque é a representação da coisa e não a coisa em si. Por exemplo, no caso das tevês legislativas o telespectador assiste na íntegra os trabalhos do parlamento, mas o que ele vê não é o todo da coisa, e sim, uma parte dela. Porque a interferência no todo pode vir, por exemplo, das imagens que são guiadas pela câmera. Ou ainda, pelo diretor de tevê, que escolhe entre as imagens capturadas pelas câmeras que cobrem a sessão qual vai ao ar.

Sodré (1994, p.17) mostra que “a lenda de Narciso admite a autonomia dos sistemas ilusórios na produção de seus efeitos, em face da busca de estabelecimento da busca de verdades através de sistemas de sujeito da consciência ou do inconsciente”.

Maranhão reforça que “os políticos conhecem a força da opinião formada. Nas modernas sociedades a opinião é um instrumento fundamental de marketing eleitoral e político para a orientação dos programas governamentais”.

9. Mídia e Política

9.1 A força da TV

Este retrato nos traz a reflexão da importância do canal. Por mais que se procurem transparência e imparcialidade nas matérias de política que veiculam na mídia, a reportagem passa por um trajeto - apuração, produção do texto, edição e apresentação - onde todo cuidado é pouco e que, em alguma das etapas, pode sofrer interferência e, de alguma forma, comprometer o sentido original da notícia. Além disso, a programação acompanhada ao vivo, pode ser uma ferramenta para quem quer tirar as próprias conclusões sem depender da credibilidade que deposita em qualquer veículo de comunicação. Para Brum existem “elementos que deixam transparentes o enorme abismo que separa o que se diz do que se faz na prática política eleitoral...um receptor/eleitor preso à complexa engrenagem da mídia/política, ora vítima inconsciente, ora participante consciente de ambos os processos”.

Lima (194) mostra em seu livro a pesquisa “Times Mirror” feita para avaliar o impacto das diferentes mídias em oito países – Estados Unidos, Canadá, México, Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha – em todos a população disse que acredita na tevê e nos jornais até mais do que nas igrejas e nos dirigentes do país. A única exceção é no México, onde a população declarou que a Igreja e o presidente do país são tão confiáveis quanto os jornais e a televisão. O mesmo resultado foi obtido em pesquisa comparada feita em cinco cidades representativas de países da América Latina: Santiago, Buenos Aires, Cidade do México, Lima e São Paulo.

Outra pesquisa mostrada por Lima (p.194) refere-se ao estudo “Cultura política e consolidação democrática” realizada pelo Cedec/Data Folha/USP: 86% (1989) e 89% (1990) – observe-se crescimento em apenas um ano – dos entrevistados declararam que tomaram conhecimento sobre os acontecimentos políticos pela televisão. O mesmo resultado é verificado nos Estados Unidos, onde a televisão – assistida por mais de duas horas ou mais por dia, por oito de cada dez pessoas. Além de ser a mais assistida é, também, a que possui maior credibilidade entre as fontes de informação (Kellner, 1990).

9.2 Mídia e Política: Eleições

Os partidos e os políticos vivem sempre uma eterna busca na tentativa de se aproximar do cidadão e, conseqüentemente, do eleitor. Eles buscam se tornar mais próximos, mais conhecidos e mais populares.

As eleições são um fenômeno de massa da democracia ocidental. É um processo, que de alguma forma ou de outra, envolve quase que todos os cidadãos de um país. Brum define como sendo “um ato de legitimação do processo político. As pessoas, no momento de votar, estão agindo de acordo com a representação e uma realidade que se tornou consciente em suas cabeças”. Para o autor um dos “fatores que contribuem para dissociados da política e suas influências são reconhecidas por todos, do homem comum ao cientista. O funcionamento do processo político, talvez os mais decisivos são os meios de comunicação de massa. O jornal, o rádio e a televisão nunca estão dissociados da política e suas influências são reconhecidas por todos, do homem comum ao cientista”.

9.3 Comunicação de Massa

As tevês legislativas são um advento do processo democrático, e mais, que isso de fiscalização do cidadão. Com a visibilidade recente permitida pela transmissão da CPI dos Correios o canal atraiu um público que assistiu a programação com interesse diferenciado. O que era exibido ao vivo e na íntegra pelo canal se tornou assunto nas rodas de conversas entre amigos, no trabalho, nas universidades, na sala de espera do consultório. Apesar de, em Campo Grande, no período de exibição da CPI dos Correios ser uma programação restrita apenas aos assinantes da tevê por assinatura, a transmissão da tevê legislativa pode ser inserida no conceito de comunicação de massa, já que podemos partir do princípio de que é um mesmo produto distribuído a um grande público. Mas aí cabe destacar uma advertência: Para Santana o conceito de cultura de massa “não pode ser aplicado em sua totalidade...quando o objeto de estudo não participa da chamada *guerra da audiência*”. Isto por causa, segundo ele, da ‘natureza específica’ das emissoras legislativas. Teoricamente, as tevês legislativas foram criadas, como já dissemos, para aproximar o cidadão/eleitor do Parlamento. Mas vale aqui a ressalva, de que é preciso muita cautela para que o canal não

se transforme em um produto em benefício dos parlamentares. Um possível privilégio cuja identificação na visão dos respondentes, é um dos objetivos específicos desta dissertação.

Outro aspecto importante que vale ser destacado é diante da visibilidade da CPI dos Correios a TV Senado, de acordo com as pesquisas que mostramos nas próximas páginas, superou a audiência de outros canais tradicionalmente líderes na preferência dos telespectadores de tevês por assinatura e dividiu, inclusive, visibilidade de tevês abertas.

As novas tecnologias levantam, inclusive, uma discussão sobre a definição de cultura de massa. Historicamente, cultura de massa significa produtos de informação (news) e entretenimento, centralmente produzidos e padronizados, distribuídos a grandes públicos através de diferentes tecnologias. A nova mídia modifica todas estas condições.

A aplicabilidade dos meios de comunicação de massa é fundamental no processo de fluxo da informação com a sociedade. Este efeito traz reflexos na política, o que quer dizer que a forma como os recursos das tevês legislativas são usados podem alterar o objetivo principal delas – levar ao cidadão os trabalhos parlamentares com transparência e isenção.

Existem referenciais teóricos, como é o caso da Escola de Frankfurt, que discutem o poder dos meios de comunicação de massa sobre o receptor (neste caso, telespectador) e, ainda, a linha teórica da corrente norte-americana que destaca a supervalorização da mídia.

“Existe um legislativo brasileiro antes e um legislativo brasileiro depois da TV Senado”

Robinson Faria

Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte

10. TV Senado

A TV Senado foi criada em 1996 para fazer a divulgação institucional do Senado Federal e oferecer ao cidadão uma programação educativa e cultural de qualidade e diferenciada das emissoras comerciais. Inicialmente, transmitida apenas para assinantes de TV a cabo, hoje, atinge um universo mais amplo de telespectadores, mas ainda, muito restrito: O sinal está disponível em todo o território brasileiro levado pelas emissoras de TV a cabo, por antenas parabólicas de tipo analógico e digital e, mais recentemente, em sinal aberto de UHF. Isso quer dizer que ela é transmitida em canais abertos, mas em uma frequência que não consegue atingir um bom nível de exibição, chegando a não ser transmitida na maior parte das cidades do país por meio destes canais abertos. As transmissões simultâneas alcançam, pelo menos, oito milhões de antenas parabólicas instaladas no país e os mais de três milhões de televisores com TV por assinatura.

O início da TV Senado já foi marcado por outras transmissões de repercussão. Entre elas a CPI dos Precatórios em 1997. As primeiras imagens que foram ao ar pela emissora foram a da CPI do Orçamento que discutia a cassação do ex-deputado João Alves (1994).

Como mostrou-se a TV Senado foi criada com base na Lei 8.977/95, a primeira norma legal que deu condições para o surgimento dos canais legislativos no Brasil. De acordo com a lei, as operadoras de televisão por assinatura são obrigadas a disponibilizar um canal para o Senado Federal no pacote considerado de canais básicos e de utilização gratuita, na lista de canais oferecidos das tevês pagas.

Era uma novidade sob vários aspectos: As transmissões ao vivo dos trabalhos parlamentares - sessões plenárias e reuniões das comissões – deram início a um novo

momento na comunicação brasileira. As imagens mostraram ao Brasil uma realidade conhecida por poucos, em geral pessoas que convivem no ambiente do Parlamento ou, ainda, que possuem atividades que de, alguma forma, envolvem as casas de leis, como é o caso dos jornalistas. No início a transmissão era de quinze horas no ar e chegava apenas para Brasília. Em pouco tempo, maio de 1996, o sinal da TV Senado já havia se expandido para cidades de todo o país pelo sistema de satélite digital. Antes de completar um ano, a TV Senado já transmitia programação durante vinte e quatro horas, inclusive nos fins de semana.

Hoje, o sinal da TV Senado chega a todos os estados brasileiros através das emissoras de televisão a cabo, por antenas parabólicas de tipo analógico e digital e, em breve, por sinal aberto de UHF. As transmissões simultâneas alcançam, pelo menos, as 8 milhões de antenas parabólicas instaladas no país e os cerca de três milhões e meio de aparelhos ligados em sistemas de tv (televisão) por assinatura, atingindo milhões de cidadãos.

10.1 De Machado de Assis à TV Senado

O trabalho de divulgação das atividades parlamentares que deve ser feito pelas tevês legislativas, era feito antes, por meio do que era exibido na imprensa.

O escritor Machado de Assis já fez o papel de comunicador dos trabalhos do parlamento na década de 1860, quando era, inclusive, credenciado para isso.

Uma das medidas que deu início à comunicação entre Governo e sociedade foi a Hora do Brasil. Criada em 1934 pelo presidente Getúlio Vargas, o programa de rádio diário, hoje tem veiculação obrigatória de notícias dos três poderes da Federação: Executivo, Legislativo e do Judiciário. O programa passou a se chamar Voz do Brasil, e começou a divulgar os trabalhos do Congresso Nacional somente em 1962, com a aprovação da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, que trata do Código Brasileiro de Telecomunicações. Segundo Santana (p32) “a participação na ‘Hora do Brasil’ foi o primeiro material jornalístico gerido pelo Senado”.

Aqui cabe uma reflexão: a Voz do Brasil pode ser considerada um ponta-pé inicial no programa de comunicação com o povo, mas no entanto, as atividades dos três poderes são reproduzidas através de uma equipe de comunicação. Uma transmissão que pode se assemelhar muito ao trabalho de Assessoria de Imprensa. Isso por sua vez não deve ocorrer quando se fala em tevês legislativas. Pela primeira vez, os trabalhos são exibidos na íntegra sem cortes. Diante da disponibilidade de horário no canal é comum que estas tevês também façam matérias sobre o Parlamento, mas, no entanto, isso não tira a importância e nem a possibilidade de acompanhar na íntegra as atividades parlamentares.

Foi através da Hora do Brasil que foram dados os primeiros passos para se divulgar o que acontecia no Legislativo. Em 1963, foi criado o Serviço de Radiofusão do Senado. Através dele eram divulgadas em 10 minutos as notícias sobre o Senado, além disso, também eram produzidas matérias sobre as sessões plenárias e reuniões, que eram encaminhadas para outros veículos. Essa característica justifica a nossa percepção de que a participação na “Hora do Brasil” se aproxima mais da idéia de serviço de Assessoria de Imprensa, o que hoje, não é o objetivo das tevês legislativas por sua criação.

Segundo Fernando César, ex- Secretário de comunicação da TV Senado em entrevista concedida à emissora, em fevereiro de 2006 - que não foi ao ar na íntegra - antes da emissora legislativa, a cobertura institucional era feita apenas através de um serviço de divulgação do Senado, onde eram feitos alguns textos para a Voz do Brasil e depois, os programas passaram a ser exibidos, também, pela TVE e Nacional.

Segundo ele havia um jornal interno e, logo, começou a ser desenvolvido um projeto de comunicação em que havia um convênio com a TVE para divulgar o jornal na emissora.

Para Fernando César a Central de Vídeo que existia no Senado não era o embrião da tevê legislativa. Segundo ele a Central de Vídeo era muito limitada e produzia programas para a divulgação interna.

Diante de todas as circunstâncias, Fernando destacou que o surgimento dos canais legislativos, “era uma necessidade diante do avanço tecnológico, diante da necessidade de se divulgar o trabalho das casas legislativas”.

10.2 Surgimento da TV Senado

Segundo a ex-diretora da TV Senado Marilena Chiarelli, em entrevista à emissora - que não foi ao ar na íntegra – “a TV Senado surgiu na verdade de antes da aprovação da Lei de Cabo, de 1995. Um grupo de jornalistas estava acompanhando a feitura dessa lei e sabia que ela ia ser publicada. Quando o presidente Sarney tomou posse em janeiro, levamos a ele e ao então, diretor de comunicação social, Fernando César Mesquita, a idéia de se fazer um canal legislativo. E isso era uma coisa absolutamente nova, uma proposta nova estava na lei mas nem o Ministério das Comunicações sabia exatamente como seria executada essa Lei, como ela seria implementada, como seriam os detalhes de um canal legislativo”.

Marilena cita como dificuldades do período de implantação o pioneirismo da TV Senado, juntamente, com a TV Assembléia, mas no entanto a TV Senado tinha o compromisso de lançar um sinal e uma programação em nível nacional.

O segundo desafio, segundo ela foi a “cultura do Senado”: “Ninguém sabia como isso seria feito... A própria cultura no Senado ela não via com bons olhos um canal de televisão no Senado. Alguns Senadores eram muito defensores desse projeto, mas outros nem tanto, tinham Senadores que inclusive fizeram uma reunião no Plenário a portas fechadas, uma reunião secreta em que se discutiu muito isso, em que se colocou que isto podia ser até uma espécie (...) da época do Getúlio, uma coisa de imprensa oficial, muito chapa branca, enfim tinham Senadores que eram completamente contra a Lei, e muitos funcionários importantes não viam com muito bons olhos. Então isso um pouquinho difícil o nosso começo, dificultou o início do nosso trabalho”.

O ex-secretário de comunicação do Senado, Fernando César, disse em entrevista à TV Senado – que não foi levada na íntegra ao ar – disse sobre a implantação da TV Senado que “uma coisa é você botar isso na lei e a outra é transformá-la em realidade”. Segundo ele,

quando o projeto da TV Senado foi apresentado detalhadamente, foi até motivo de piada. “Os senadores não acreditavam que fosse possível fazer isso. Era uma reunião reservada, secreta, apresentei projeto do sistema de comunicação. Todo mundo riu, ninguém acreditava. Muita gente não acreditava. Porque a burocracia era extremamente perversa. Quando começamos a desenvolver o projeto, houve muita concorrência”.

10.3 Audiência TV Senado

A pesquisa Imprensa/MaxPress/Aberje ([http://www.senado.gov.br/tv \(televisão\)/conheca/namidia4.asp](http://www.senado.gov.br/tv(televisão)/conheca/namidia4.asp) - 27/08/2005) mostra que 76% dos jornalistas brasileiros acompanharam no mês de julho de 2005 os depoimentos sobre as denúncias de corrupção através das tevês Câmara e Senado e não pela tevê aberta. O que caracteriza a importância da TV Senado diante da influência na formação de opinião, já que, até mesmo, os jornalistas, que codificam e repassam a informação também acompanham a CPI pela TV Legislativa.

Outra pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest, de 16 de junho a 16 de julho, mostra que a TV Senado superou a audiência de outras emissoras. O estudo aponta que o grau de interesse do público sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios e a divulgação do assunto na mídia mostra que a TV Senado está superando a audiência de noticiários das grandes emissoras abertas. A enquete realizada entre os dias 16 e 26 de julho, ouvindo a opinião de cerca de 1 mil pessoas, mostrou que 16% dos entrevistados assistiram à TV Senado, enquanto 15% dos entrevistados citaram o Bom Dia Brasil (jornal matutino da Rede Globo) e 11% o Jornal da Noite (jornal noturno da Rede Bandeirantes). A TV Senado aparece com 13% de preferência do público interessado na CPI dos Correios, na frente do canal pago de notícias Globonews. A TV Senado transmitiu as sessões da CPI na íntegra, ao vivo e/ou reprisada e forneceu imagens para outros canais.

Além disso, em entrevista para a pesquisadora realizada no dia 01/03/2006 por telefone o diretor da TV Senado Jaime Mesquita disse que a audiência da TV Senado durante a CPI dos Correios foi a maior registrada na história da emissora desde a sua criação há dez anos, completados em fevereiro de 2006. Segundo Mesquita a emissora não tem medidor de

audiência, nem pesquisas específicas realizadas, com este exclusivo objetivo, mas “além da repercussão inédita, a TV Senado gerou imagens para outras emissoras, e sentimos o *feed back* a partir do “0800” da tevê e dos mails que chegaram à redação neste período”.

10.4 Estrutura

Segundo Armando Rollemberg, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, o canal custa aos cofres públicos R\$ 10,5 milhões por ano (13% do custo da TV Cultura). Emprega 160 funcionários (37 jornalistas) que se revezam em três turnos de seis horas. Imagens de diferentes pontos do Senado são captadas simultaneamente por 12 câmeras e transportadas por 4 km de cabos. Há 40 pontos com tomadas para conectar câmeras e entrar ao ar ao vivo rapidamente. A direção da TV Senado tem planos de usar as (dezenas de) câmeras do circuito de segurança quando elas forem trocadas por novas, digitais. Por causa desse fenômeno que teve origem na crise política aumentou muito o trabalho na TV Senado. Tudo o que acontece no Plenário, nas comissões permanentes (como a de Justiça e Redação), nas CPIs e nas subcomissões é exibido ao vivo ou gravado para apresentação posterior. Houve ocasiões em que a estrutura precisou trabalhar no limite: com quatro CPIs (da Compra de Votos, com "oitiva" do deputado Roberto Jefferson, a dos Correios, a dos Bingos e a da Emigração), além de reuniões de outras quatro comissões permanentes e sessão em Plenário. Nos dias de maior atividade, a TV Senado tem ficado no ar até 17 horas ao vivo. A média agora são 13 horas ao vivo. Em maio, eram nove horas e meia. Todas essas mudanças fizeram aumentar a estrutura do TV Senado.

10.5 CPI dos Correios

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) dos Correios, que ficou conhecida como CPI dos Correios aberta no início do mês de junho, em Brasília, no Congresso teve origem em denúncias de corrupção envolvendo os Correios e o então presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ).

A crise teve início com a divulgação de uma fita de vídeo em que o ex-diretor do

Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício Marinho detalhava a dois empresários um esquema de pagamento de propina, supostamente gerido pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), e outro diretor da empresa, Antônio Osório Batista.

O dinheiro arrecadado com o esquema de corrupção seria usado pelo dirigente do PTB para engordar o caixa do partido, de acordo com as denúncias.

Na gravação, Marinho afirmava ainda que outras estatais federais, como o Instituto de Resseguros do Brasil, estariam envolvidas em esquemas semelhantes. Com base, nestas informações, as lideranças do PFL e do PSDB propuseram a criação de uma CPI mista para investigar denúncias de corrupção. No começo, a comissão teria os Correios como foco, mas as investigações chegaram a outras discussões.

No dia 24 de maio, Marinho foi indiciado por fraude e corrupção passiva pela Polícia Federal. No dia 25 de maio em sessão do Congresso Nacional foi lido o requerimento para a criação da CPI.

Durante as negociações, o PTB, PL, PP e PSB retiraram as assinaturas até meia-noite. No entanto, o PT manteve as assinaturas. Pouco antes da meia-noite, os líderes governistas foram à Secretaria-Geral da Mesa com o número insuficiente de desistências. A CPI foi confirmada.

10.6 Visibilidade

Apesar das dificuldades de acesso à transmissão, a TV Senado alcançou um público inusitado e conquistou um lugar de destaque no ranking dos canais mais assistidos na cobertura das reuniões da CPI dos Correios. As CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) que investigam denúncias de corrupção transformaram a TV Senado em um canal grande para os padrões da TV. paga. Graças à transmissão de depoimentos de figuras como Marcos Valério, a emissora legislativa viu sua audiência ser multiplicada por mais

dez vezes em apenas cinco meses. Nunca, em seus nove anos no ar, a TV Senado foi tão vista e reproduzida por emissoras comerciais.

Segundo dados divulgados com exclusividade pelo site Folha On Line, em março deste ano, a TV Senado ocupava um modesto 36º lugar no ranking do Ibope dos canais mais vistos da tevê paga, com apenas 1.331 telespectadores por minuto em média no horário nobre (das 19h às 24h). Em maio, no início da crise, mas antes das CPIs, a TV Senado já registrava audiência cinco vezes maior, pulando para o 29º lugar. Em julho (até o dia 24), com a CPI dos Correios, saltou para 14.644 telespectadores por minuto no horário nobre, ocupando o 23º posto entre os mais vistos. Os números são inexpressivos diante de um "Jornal Nacional", mas são robustos para o mundo da televisão paga, onde os programas líderes de audiência dificilmente passam da média de 200 mil telespectadores por minuto. A TV Senado já aparece em julho à frente de canais como Band News (que reproduz o sinal do canal dos senadores durante boa parte do dia), ESPN (o internacional), National Geographic, Telecine Emotion e HBO2.

Um estudo do Instituto QualiBest (fonte: Instituto Qualibest) aponta que o grau de interesse do público sobre a CPI dos Correios e a divulgação do assunto na mídia apontou que a TV Senado (nos meses de junho/julho de 2005) superou a audiência de noticiários das grandes emissoras abertas.

A enquete realizada entre os dias 16 e 26 de julho de 2005, ouvindo a opinião de cerca de mil pessoas, mostrou que 16% dos entrevistados estavam assistindo à TV Senado, enquanto 15% dos entrevistados citaram o Bom Dia Brasil (jornal matutino da Rede Globo) e 11% o Jornal da Noite (jornal noturno da Rede Bandeirantes). A TV Senado aparece com 13% de preferência do público interessado na CPI dos Correios, na frente do canal pago de notícias Globonews.

A emissora do Legislativo superou os índices conseguidos por alguns noticiários de canais comerciais. De acordo com o gerente de projetos do Instituto Qualibest, Carlos Humberto Perissé (<http://www.sergipehoje.com.br/politica/noticia.asp?id=1560> – 14/08/2005) 87%

dos 174 entrevistados que revelaram preferência pela TV Senado assistem à transmissão da CPI dos Correios com *interesse* ou *muito interesse*. O envolvimento demonstrado pelos entrevistados chamou a atenção de Perissé, que se disse surpreso com o tempo que muita gente dedica a acompanhar, inclusive ao vivo, as investigações das denúncias de corrupção contra o governo Luiz Inácio Lula da Silva e parlamentares da base aliada. Outra surpresa foi constatar que o jornal impresso ocupa a terceira posição (55%) entre as mídias citadas para acompanhamento do assunto. Ficou atrás da internet (59%) e dos telejornais (86%), cuja liderança já era esperada pelos analistas do Instituto Qualibest, que realiza pesquisas de mercado pela internet.

O estudo revelou ainda que, enquanto 46% dos entrevistados preferem ler ou ouvir notícias resumidas sobre a CPI dos Correios, 30% não abrem mão de acompanhar a transmissão ao vivo das sessões.

Em relação aos dados sócio-demográficos dos entrevistados pelo Qualibest, 58% são homens e 42% mulheres; 73% pertencem às classes A e B; 86% estão na faixa dos 18 aos 34 anos; 70% moram nas capitais, concentrando-se nas regiões Sudeste e Sul (85%).

A visibilidade para a CPI dos Correios superou o que até, então, era considerado o marco transmissões na TV Senado, a exibição da CPI dos Títulos Públicos (1996), onde, segundo Fernando César Mesquita, ex-secretário de comunicação do Senado percebeu-se a diferença do que era divulgado normalmente na mídia sobre política e da transmissão ao vivo e na íntegra do depoimento e da sabatina da comissão, o que provocou questionamentos.

10.7 Repercussão

Além da reconhecida e significativa importância para órgãos de imprensa que têm oportunidade de acompanhar, até a longas distâncias, os trabalhos parlamentares, segundo o site oficial da emissora, “a TV Senado tem hoje o reconhecimento da sociedade, expresso em manifestações de entidades de classe, organizações não governamentais, universidades e imprensa, e no grande número de ligações que recebe por telefone e endereço eletrônico”.

A TV Senado virou notícia, seja por sua cobertura das atividades legislativas do Senado Federal, como pela programação cultural que exhibe em diversos horários. A emissora vive um momento de consolidação e reconhecimento. Em 2005 a transmissão da CPI dos Correios ao vivo, foi considerada um marco para a tevê. A exibição na íntegra através do seu sinal revolucionou a cobertura das CPIs e a repercussão pode ser verificada em várias matérias, artigos ou comentários publicados na imprensa, em jornais de circulação nacional, como alguns que veremos a seguir:

Data: 09/02/2006 Fonte: Correio Braziliense 23

Por ARI CUNHA - Visto, Lido e Ouvido

TV Senado

Comemorando este mês 10 anos de atividades, a TV Senado se fixa como excelente meio de comunicação entre o Legislativo e o país. Projeto, concepção, idealização e planejamento foram capitaneados, naquela época, pelo jornalista Fernando César Mesquita. Por muitos meses, deu todo carinho à criação da TV (TELEVISÃO). Hoje, longe da direção, admira o sucesso da semente que plantou.

Data: 04/02/2006 Fonte: Jornal do Brasil D 06

Idéia vitoriosa

Há dez anos, neste dia, entrava no ar a TV (TELEVISÃO) Senado, a primeira emissora de transmissão de trabalhos parlamentares do país, um projeto vitorioso concebido, planejado e executado pelo jornalista Fernando César Mesquita, a pedido do senador José Sarney, então no exercício do primeiro mandato como presidente do Congresso Nacional, completado pelo senador Antônio Carlos Magalhães e que está sendo aprimorado pelo senador Renan Calheiros. A implantação da TV (TELEVISÃO) Senado e de todo o projeto de comunicação social do Senado virou modelo para a Câmara dos Deputados, Judiciário, assembleias legislativas e câmaras municipais. Destaque-se nesse trabalho, a imprescindível participação de Helival Rios e Marilena Chiarelli.

Data: 01/02/2006 Fonte: Folha de S. Paulo - A03

PAINEL DO LEITOR - Nem sombra

"Assistindo pela TV Senado às homenagens aos 50 anos da posse de JK na Presidência, vi que, infelizmente, não apareceu nenhum político capaz de ser pelo menos a sua sombra. A maior homenagem que todos os políticos brasileiros poderiam prestar-lhe é seguir seu exemplo de honestidade, trabalho e competência".

Jaime Bertolaccini Costa (São Paulo, SP)

Data: 04/01/2006 Fonte: Jornal do Brasil - A14

Por: HILDEGARD ANGEL

Na primeira segunda-feira do ano, a presidente em exercício do Supremo, ministra Ellen Gracie, determinou que o senador Antônio Carlos Magalhães prestasse esclarecimentos, no prazo de 48 horas, sobre afirmações que teriam atingido a honra de desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia. Em discurso realizado no Plenário do Senado Federal no dia 13 de dezembro último, o senador falou que os desembargadores recebiam anéis de brilhante e apartamentos. O discurso foi transmitido pela TV (TELEVISÃO) Senado e foi publicado, no dia seguinte, no Correio da Bahia. A sentença da juíza desmistifica a lenda de que ACM seria inatingível...

Data: 01/01/2006 Fonte: Folha de S. Paulo - A04

PAINEL

Embora os processos sigam uma ordem, ela pode ser alterada por expedientes como o pedido de vista. Alguns mensaleiros também contam com relatores camaradas, que já se comprometeram a desaparecer do Congresso este mês, a despeito da convocação extraordinária. Dando um tempo. Já foram melhores as relações entre o empresário Benjamin Steinbruch, da Companhia Siderúrgica Nacional, e o senador petista Aloizio Mercadante.

Senado no ar 1

Em março, a TV Senado vira canal aberto em cinco capitais. A meta é atingir o mesmo status nas demais até o final do ano. Nos planos da Casa estão ainda 12 novas emissoras de rádio FM.

Senado no ar 2

As primeiras praças da TV (TELEVISÃO) Senado como canal aberto serão no Nordeste. Já foram escolhidas Maceió, capital das Alagoas do presidente Renan Calheiros (PMDB), Fortaleza e Salvador.

Observatório da Imprensa - 18/10/2005**COISA BOA NA TELINHA***TV Senado e a economia mundial real*

Na madrugada de domingo para segunda-feira, foi esclarecedor um curto flash do jornalista Chico Sant'Anna no programa Economia Política, da TV Senado, comandado por Floriano Filho. O assunto: os "benefícios" dos investimentos estrangeiros nos países emergentes. Chico, que está na França fazendo doutorado em Ciência da Informação e Comunicação no Centre de Recherches sur l'Action Politique en Europe, da Universidade de Rennes, citou dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a Unctad, publicados no diário francês Le Monde. Em 27 de setembro, o Monde dedicou o caderno de economia inteiro ao tema dos investimentos internacionais, a partir do relatório anual da Unctad, divulgado dias antes.

É precioso para o público brasileiro esse olhar sobre as pautas em alta no outro lado do Atlântico. Os jornais europeus vêm publicando maciçamente material sobre a pobreza e o futuro dos países emergentes. Nossa imprensa, espelhada na mídia americana, vê tais assuntos com desdém, "coisa da cabeça do Lula". O valioso informe de Chico Sant'Anna, que, a pedido, ele enviou ao Observatório, deixa-nos uma preocupante sensação de perda do bonde, de erro de foco: da política econômica, da cobertura da imprensa, de tudo.

Data: 28/11/2005 Fonte: O Globo – 02

ILIMAR FRANCO - Panorama Político

Os presidentes da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e do Senado, RENAN CALHEIROS (PMDB-AL), estão organizando uma agenda de projetos para serem votados até o fim do ano. No Senado, a prioridade de Renan é a reforma da legislação sobre as medidas provisórias. Na Câmara, Aldo está apostando na reforma política. Na surdina, a reforma já foi aprovada na comissão especial. Só falta agora votá-la em plenário. A TV (TELEVISÃO) SENADO será transmitida em canal aberto no ano que vem para 15 capitais. As primeiras capitais a receber o sinal serão Salvador (BA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Maceió (AL).

TV Senado – Centro das Atenções

Esta (2005 – com a transmissão da CPI dos Correios) não é a primeira vez que a TV Senado ganha repercussão, a revista PAY TV de agosto de 2001, mostra que esta não é a primeira vez que a emissora se transforma no centro das atenções. De acordo com a reportagem do jornalista Ramon R.(p.30) “...nunca a TV Senado foi tão popular como neste ano (2001). A descoberta da violação da cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB/DF) deu ao canal uma repercussão inédita na sua breve história. Isto porquê, o canal transmitiu ao vivo todas as sessões da Comissão de Ética, onde foram prestados os depoimentos dos funcionários e senadores envolvidos na violação do painel”.

10.8 Embrião de tevês legislativas

A TV Senado é considerada por outras tevês do parlamento uma cabeça de rede. E diante disso, a escolha do estudo de caso da CPI dos Correios se deve ao fato, de que a transmissão dos trabalhos desta comissão, representou o maior fenômeno de audiência e visibilidade do canal desde a sua criação, em 1995.

O formato adotado pela TV Senado é seguido pelas demais televisões legislativas do país, e as prioridades de transmissão da TV Senado para o ao vivo e depois para as reprises, e que foi regulado pela mesa diretora, passou a ser seguido pelas demais tevês legislativas.

Assim como a TV Senado as demais tevês legislativas não seguem os padrões das tevês comerciais. Os intervalos são curtos com chamadas para a própria programação, ou ainda, é muito comum a veiculação de vídeos institucionais. Tudo muito diferente das tevês convencionais.

10.9 Programação

Além da oportunidade de acompanhar os trabalhos legislativos, sem cortes e com reprises, a emissora exhibe uma opção de programas que valorizam também cultura, saúde, educação e tudo o mais que interesse aos cidadãos.

Uma das possíveis reações de quem assiste pela primeira vez uma TV legislativa pode ser considerar o canal cansativo. A causa desta impressão de monotonia, muitas vezes, deve-se às imagens do plenário e das atividades parlamentares, que sempre mostram senadores, deputados e vereadores, discursando ou fazendo apartes. Isto porque os trabalhos, como já dissemos são transmitidos sem interrupção, e, além disso, as sessões ordinárias e reuniões das comissões e sub-comissões são demoradas, e exibidas na íntegra. Até que se compreenda o papel deste tipo de tevê acompanhar este tipo de programação pode ser considerado por muito monótono.

A tevê legislativa também foge dos padrões das tevês comerciais. O intervalo é curto com chamadas para a própria programação, ou ainda, veiculação de vídeos institucionais. Tudo muito diferente das tevês convencionais.

A programação da tevê Senado além de incluir a transmissão das atividades parlamentares, também se diversifica com programas culturais. Uma estratégia que pode ser vista como um atrativo para audiência, ou ainda, como uma forma de diminuir a austeridade da programação, e ainda, um conteúdo para preencher o espaço disponível no canal.

10.10 Prioridades

De acordo com o Manual de Redação da TV Senado (1999, p.7) “a TV Senado se dedica prioritariamente a transmitir ao vivo as sessões do Plenário e das comissões, e as atividades da Comissão Diretora. O objetivo primeiro da TV Senado é atender a um dos direitos básicos da cidadania: o direito à informação. por sua natureza pública, a TV Senado não está submetida a imposições de lógica comercial, que prevalecem em muitos veículos de comunicação. Isso permite que o cidadão tenha acesso à totalidade dos trabalhos legislativos, com isenção e transparência, conforme determina o caput do artigo 37 da Constituição Federal.

Independente ou não de quorum a sessões ordinárias ou extraordinárias e das comissões ou subcomissões são exibidas. A transmissão tem início quando o presidente da mesa abre a sessão e só interrompida quando o trabalho termina independente do motivo. O formato adotado pela TV Senado é seguido pelas demais televisões legislativas do país. As transmissões são reguladas por um ato da mesa diretora e a prioridade da transmissão é para aquilo que acontece no plenário. Depois disso, segue-se um critério jornalístico para se exibir a programação ao vivo. A TV Senado transmite ao vivo, ou depois, gravadas, todas as atividades do Parlamento. Em 2005 eram exibidos os trabalhos de cinco CPIs, dez comissões complementares, 19 sub-comissões e quatro comissões especiais, O modelo de transmitir todas as atividades está sendo aos poucos adotado em todo o país.

Observando a grade de programação da TV Senado, percebemos, quais são as características da programação que vai ao ar. Os programas são, basicamente, as atividades do Senado exibidos através de programas transmitidos ao vivo e reprisados, telejornal e programas que repercutem, explicam e debatem os trabalhos parlamentares, além de programas culturais que tratam de música erudita, por exemplo, e até espaço para documentários. Na grade desta segunda-feira (06/03/2006), por exemplo, dia de sessão plenária, a sessão é transmitida ao vivo e depois reprisada à noite. Este formato é a principal característica das tevêa parlamentares, até mesmo, claro, pelo seu objetivo.

10.11 Programação no início da TV Senado

Em 1993, o Senado mantinha uma Central de Vídeo fazendo o registro das sessões e reuniões, produzindo vídeos institucionais e distribuindo material para as televisões comerciais. Com a aprovação da lei de cabodifusão, a transformação em emissora foi uma evolução natural. Ao reforçar o projeto havia a idéia corrente de que o Senado precisava ter um canal direto com o cidadão. A tevê surgia como uma forma de levar ao eleitor informação a respeito do Legislativo e suas funções.

Segundo Marilena Chiarelli ex-diretora da TV Senado, no começo foi muito difícil montar a grade de programação, porque a estrutura era muito pequena e era preciso atender às atividades da casa: “Mas no princípio era muito difícil, porque nós tínhamos pouco equipamento, então a gente decidia o que era mais importante, aí montávamos tudo lá, aí essa coisa passava a não existir, e pensávamos o que vamos colocar no lugar? Aí colocava-se um pequeno documentário de 10 ou 15 minutos para se pensar a grade na hora e na hora decidir na hora para onde nós iríamos. Então ela era uma grade que era feita ao sabor das mudanças do Senado, isso durou uns 3 anos ficamos nessa história, até que conseguimos, finalmente com mais gente, com mais equipamento”.

10.12 Crescimento e Futuro das Tevês Legislativas

Os dois principais objetivos da Associação das televisões e Rádios Legislativas -ASTRAL são criar uma rede entre as televisões legislativas do país e conquistar transmissão em televisões abertas, ampliando o processo de democratização, fazendo com que a informação chegue a qualquer um que tenha um aparelho de televisão. A TV Assembléia do Rio Grande do Norte, uma das mais jovens do país, deverá ser a primeira a conquistar este objetivo. Ela foi inaugurada em outubro de 2003 e já possui estrutura digital. Segundo o presidente da Assembléia Legislativa do RN, Robinson Faria, desde que a tevê passou a ser exibida, nunca mais uma sessão deixou de acontecer por falta de *quorum*, assim como, a lista de parlamentares inscritos para discursar no grande expediente da sessão passou a ser disputada, sempre atingindo o limite máximo permitido de oradores.

A partir de 2003 o Senado passou a fazer convênios com prefeituras e câmaras municipais brasileiras. A parceria visa expandir a transmissão das tevês legislativas e adquirir receptores do sinal digital via satélite e retransmissores. Até janeiro de 2004, a TV Senado registrou 80 processos em etapas adiantadas de implementação. Mas, o objetivo é atingir todos os 5.561 municípios brasileiros.

Existe ainda um projeto para ampliar a atuação da TV Senado chamado de TV Brasil Internacional. A proposta é reunir programas das emissoras dos três poderes, Legislativo, Judiciário e Executivo. Primeiro a programação seria exibida nos países da América Latina e de língua portuguesa, e depois, para o resto do mundo. Fazem parte do projeto a TV Senado, a TV Câmara e TV Justiça, além da Radiobrás que é a responsável pela coordenação do projeto.

10.13 Desafios

A implantação das televisões legislativas desde o início parecia um projeto que precisa enfrentar muitos desafios. Um deles foi o preconceito. Renault lembra em seu livro *Comunicação e Política nos canais do poder legislativo no Brasil* que “assim que a TV Senado iniciou suas transmissões, o jornalista Boris Casoy usou o seu bordão para enfatizar que era uma vergonha utilização de recursos públicos para a divulgação dos atos legislativos por meio de uma tevê própria. No auge da teoria do Estado mínimo quando era moda criticar o governo por se imiscuir em atividade que não seriam de sua alçada, o âncora sugeria que os deputados não deveriam avançar sobre o que a iniciativa privada já fazia, a seu ver, com competência – a cobertura dos atos dos três Poderes”.

Na época da sua criação a TV Senado foi vista uma espécie de oportunismo dos parlamentares. Outro desafio acontece internamente. Nas redações. As equipes de jornalismo que compõem as emissoras legislativas são consideradas, por alguns, como “chapa branca”, uma expressão usada para indicar que os jornalistas trabalham em conformidade com as decisões dos parlamentares.

11. Procedimentos metodológicos

11.1 Tipo de pesquisa

Santos (2003, p.71) apud Gil (1991, p. 45-61) e Santos (2002, 161 -164) classificam as pesquisas quanto aos objetivos e aos procedimentos técnicos utilizados. Quanto aos objetivos esta pesquisa pode ser classificada em descritiva porque descreve um fenômeno. Entre os estudos descritivos Selltiz et al(1965, p. 61) inclui os estudos exploratórios, cuja finalidade é adquirir familiaridade com um fenômeno”, as vezes para a ajudar na formulação de um problema mais preciso ou para desenvolver hipóteses. Segundo esses autores, o plano de pesquisa de tais estudos devem ”ser suficientemente flexíveis para permitir a consideração de muitos outros aspectos de um fenômeno”. Também de acordo com Tripodi, Fellin e Meyer (1975) este estudo pode ser classificado como exploratório, na medida em que sua finalidade principal é refinar entendimentos e enunciar questões e hipóteses para investigações futuras. Tais estudos, segundo esses autores, devotam menos atenção à descrição exata das relações quantitativas entre as variáveis e a representatividade da amostra é menos importante que a seleção de casos para estimular idéias. Além de dados quantitativos, dizem àqueles autores, o pesquisador pode usar dados qualitativos em forma de narrativa que podem ser derivados de suas observações de um determinado fenômeno. O instrumento de coleta empregado neste estudo é um questionário que combina questões abertas e fechadas (Richardson 1999, p.193), isto é, com alternativas pré-estabelecidas e uma alternativa aberta, para que o respondente tenha a liberdade de resposta, sugerindo uma análise também qualitativa.

O uso de técnicas de pesquisa qualitativa tem sido objeto de muitos textos e discussões. Entre esses, Denzin e Lincoln (2003 p.5) descrevem o pesquisador como um *bricoleur* que constrói *bricolages* ou um artesão que faz colchas a partir de retalhos, conseguindo imagens significativas de retalhos dispersos. Também Flick (2002, p. 22) falando sobre diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa, enfatiza a interação entre pesquisador e pesquisado como parte explícita da produção do conhecimento: “as subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa”.

O estudo poderia ainda ser classificado como um estudo de caso, (neste caso um estudo de caso exploratório, na concepção de Yin (1989, p.13). A unidade de análise são os estudantes e o foco de interesse são as suas reações às informações.

As principais variáveis do estudo são a *influência* que pode ser exercida pela informação obtida pelas transmissões da TV Senado sobre a *opinião* dos estudantes quando se referem às questões relativas à CPI dos Correios e parlamentares que dela participaram.

O instrumento de coleta de dados, o questionário de perguntas semi-abertas, foi aplicado em uma única vez, para um grupo de estudantes que se encontravam em uma sala de aula.

11.2 O caso estudado

O trabalho foi desenvolvido como um estudo de caso, focalizando a CPI dos Correios, cujas transmissões ocorreram entre junho de 2005 e março de 2006. A opção por este evento específico deveu-se à repercussão do tema, em vários segmentos da sociedade. De acordo com o diretor – geral da TV Senado James Mesquita, a emissora, diante do advento da CPI dos Correios registrou a maior audiência desde sua criação, em cinco de fevereiro de 1996. A TV Senado, segundo Mesquita, não tem medidores de audiência, mas faz uma avaliação do aumento de telespectadores acompanhando a programação da emissora, mais especificamente, a CPI dos Correios, com base no serviço 0800 do canal e nas mensagens eletrônicas que eram enviadas para a redação da tevê.

11.3 Os respondentes

Os respondentes desta pesquisa são os acadêmicos do sétimo semestre (quarto ano) do Curso de Jornalismo da Uniderp. Cada ano letivo é composto de dois semestres. Os escolhidos para esta pesquisa são alunos que estavam cursando o sétimo semestre em abril de 2006, já que os do oitavo semestre desenvolvem atividades fora da sala de aula, em virtude dos trabalhos para a monografia de conclusão de curso. Doze alunos

responderam ao questionário.

Os respondentes não foram escolhidos aleatoriamente. Segundo pesquisas divulgadas durante a CPI dos Correios, o público mais fiel da programação da TV SENADO foram os jornalistas. Tal fato, motivou a escolha de estudantes de jornalismo, aqueles que já estavam cursando o último ano, próximos, portanto, de sua formatura. Durante a aplicação de pré-testes feitos em sala de aula (com outras turmas) percebeu-se que quanto mais elevada a série cursada pelo aluno, maior, também, é o interesse pela discussão de assuntos envolvendo política e também o número de estudantes que mostraram, de alguma forma, ter algum conhecimento sobre os acontecimentos da CPI dos Correios.

11.4 Coleta de dados

A idéia inicial era fazer uma entrevista do tipo grupo focal, com alunos em diferentes séries do Curso de Jornalismo da Uniderp. Foi feita uma visita aos alunos do segundo semestre (primeiro ano) e do quinto semestre (terceiro ano) de Jornalismo da Instituição, com o objetivo de identificar interesses. Partiu-se do pressuposto que quanto mais elevada a série, mais interesse os alunos demonstrariam sobre o assunto. Os alunos do quarto ano não foram visitados nesta fase porque o objetivo era de que eles fossem os respondentes definitivos da pesquisa.

O pré-teste para o testar o instrumento de coleta de dados foi feito em março de 2006, com a presença do professor em sala de aula. Após uma conversa inicial com os alunos do 2º semestre, em que se tentou perceber seu interesse sobre a crise política que acometeu o país em 2005, e especialmente sobre CPI dos Correios, perguntou-se diretamente quais deles haviam acompanhado ou tomado conhecimento do assunto por meio das transmissões da TV Senado. Na sala, havia 17 alunos. À medida que cada pergunta específica era feita, o número de acadêmicos que deu respostas positivas ia diminuindo, reduzindo-se a apenas dois, que disseram ter acompanhado “alguma coisa” da CPI dos Correios pela TV Senado. Pela expressão dos acadêmicos, era possível perceber que a maior parte não estava informada sobre o assunto. Inclusive, com respostas como “alguma coisa”, “mais ou menos”, “só vi”.

No mesmo dia, fizemos um segundo pré-teste, desta vez na sala do 5º semestre (3º ano), também com a presença do professor - na turma havia 18 alunos - o mesmo procedimento foi seguido, mas a participação inicial foi maior desta vez. Ainda assim, o número se reduziu para seis alunos quando foi feita a pergunta se teriam assistido a CPI dos Correios pela TV Senado: responderam, afirmativamente, apenas os seis acadêmicos que tinham TV por assinatura.

Ainda no mês de março o pré-teste com o questionário foi aplicado na mesma turma do quinto semestre (terceiro ano). Desta vez havia 20 alunos na sala. O professor apresentou-me e deixou a sala. Mesmo assim os acadêmicos responderam à pesquisa e nove completaram o questionário, afirmando terem assistido a CPI dos Correios pela TV Senado. Neste pré-teste percebemos que algumas respostas que buscávamos ficaram vagas, e, portanto, decidiu-se incluir um espaço em cada pergunta de forma a permitir comentários ou complementos às respostas.

Em abril de 2006 em uma outra turma, onde havia trinta alunos do terceiro semestre (segundo ano), aplicamos o quarto pré-teste. As mudanças realizadas no instrumento de coleta de dados foram testadas e aprovadas: as respostas obtidas atendiam o que se buscava. Mas surgiu uma grande preocupação, pois de todo o grupo de alunos, apenas seis responderam ao pré-teste até o final. Passou-se a considerar, então, que se o número de respondentes da pesquisa, com os alunos do quarto ano, fosse muito reduzido, haveria necessidade de fazer a pesquisa também em outra universidade. No entanto isso não ocorreu por falta de tempo.

11.5 O Instrumento de coleta de dados

O questionário é constituído de 28 questões abertas e fechadas (Anexo 2). As perguntas iniciais visaram a seleção de respondentes, ou seja, identificar respondentes que de fato obtiveram informações sobre os trabalhos da CPI dos Correios pela TV Senado. As demais questões visaram obter dados correspondentes aos objetivos específicos expressos no início

deste texto, isto é, o objetivo de identificar reações às informações transmitidas pela TV Senado.

Objetivos específicos	Perguntas
<p>- Identificar fontes e hábitos de obtenção da informação envolvendo a TV Senado</p>	<p>1. Você acompanhou em algum momento, de alguma forma, a CPI dos Correios? 2 - Em qual(is) mídia(s) você acompanhou com mais frequência a CPI dos Correios? 3 - Você tem ou teve algum acesso à TV por assinatura? 4 - Em que canais da TV você se informou sobre a CPI dos Correios? Os canais estão relacionados em ordem alfabética. 5 - Você assistiu, em algum momento, a CPI dos Correios (ao vivo ou a reprise) pela TV Senado? 6 - Em quais momentos você acompanhou pela TV Senado os trabalhos da CPI dos Correios? 7- Com que frequência você assistiu a CPI dos Correios ao vivo pela TV Senado? 8 - Antes da CPI dos Correios você já havia ouvido falar da TV Senado? 9 - Antes da CPI dos Correios você já havia assistido algo pela TV Senado? 10 - Antes da CPI dos Correios você incluía a TV Senado entre os canais que você costuma 'zapear' com o controle remoto? 11 - Depois da CPI dos Correios você passou a incluir a TV Senado na lista de canais que você costuma 'zapear' com o controle remoto? 12 - Você notou diferença entre as transmissões da CPI dos Correios pela TV Senado e as transmissões por outros canais ou mídias? Se responder que sim, por favor, comente as que considerar mais importantes. 13- Excluindo as transmissões sobre a CPI dos Correios, você já utilizou a TV Senado para se informar sobre algo do Senado Federal? 14 - Você já conhecia (ouvido falar, lido) sobre etc...os parlamentares que integraram a CPI dos Correios?</p>
<p>Identificar percepção do respondente quanto a diferenças entre a informação política transmitida pela TV Senado e a informação transmitida por outras fontes.</p>	<p>20 - Você se recorda de algum episódio da CPI dos Correios que você viu apenas pela TV Senado? 22 - Quando você assistiu à CPI dos Correios pela TV Senado, por que você escolheu esse canal, em relação aos demais - A TV Senado pode ser um dos canais escolhidos por você para acompanhar os fatos políticos do país.</p>
<p>Identificar compartilhamento da informação sobre a CPI dos Correios obtidas por meio da TV Senado. com membros do seu círculo social (família,</p>	<p>21 - Depois de assistir às reuniões das comissões você discutiu o assunto com amigos, família, colegas de trabalho, outros?</p>

amigos, colegas de estudo e trabalho) as informações.	
Identificar reação dos respondentes (opiniões políticas e intenção de voto) sobre os parlamentares e sobre política a partir das informações obtidas nas transmissões da TV Senado.	<p>23- Acompanhar os trabalhos ao vivo despertou seu interesse sobre política?</p> <p>24 – Acompanhar os trabalhos da comissão ao vivo despertou seu interesse no assunto CPI dos Correios?</p> <p>26 – Acompanhar a CPI ao vivo te deu alguma noção de como funcionam os trabalhos legislativos no Congresso?</p> <p>15 - Qual a impressão que você teve sobre o desempenho dos parlamentares que integraram a CPI dos Correios?</p> <p>16- Assinale a alternativa mais adequada para você, com relação às transmissões da CPI dos Correios pela TV Senado que você assistiu: poderá influenciar a minha decisão na hora de votar; não terá nenhuma influência na minha decisão na hora de votar; Outro</p> <p>17 - Você passaria a votar em algum parlamentar com base no desempenho dele na CPI dos Correios? Por favor, justifique sua resposta.</p> <p>18- Você deixaria de votar em algum parlamentar com base no desempenho dele na CPI dos Correios? Por favor, justifique sua resposta.</p> <p>19 - Das fotos abaixo, selecione quais parlamentares você acredita que estejam relacionados com a CPI dos Correios.</p> <p>27 – Depois de assistir ao vivo a CPI dos Correios pela TV Senado você acha que: a maior parte dos políticos tem interesse em resolver a crise e punir os culpados. a maior parte dos políticos quer acalmar os ânimos sem punir culpados e esperar a crise passar. a maior parte se apropria da TV Senado para ter oportunidade de aparecer Outro .</p> <p>28- Depois de assistir a CPI dos Correios pela TV Senado você acha que: Todos os políticos são desonestos.) A maior parte é desonesta. Mas existem honestos) A maior parte é honesta. Mas existem desonestos) Todos são honestos. Outro :</p>

11.6 Variáveis

1. Acompanhamento das notícias sobre a CPI dos Correios.
2. Mídia(s) utilizada com mais frequência.
3. Tipo de acesso à TV (Assinatura e livre).
4. Presença da TV Senado entre canais de TV em que assistiu a CPI dos Correios.
5. Frequência do acompanhamento pela TV Senado os trabalhos da CPI dos Correios.

6. Conhecimento prévio da TV Senado.
 7. Hábito de assistir a TV Senado.
 8. Efeito das transmissões da CPI dos Correios pela TV Senado na escolha do canal (posterior).
 9. Percepção de diferenças nas transmissões da CPI dos Correios pela TV Senado e as transmissões por outros canais ou mídias.
 10. Existência de informação sobre os parlamentares antes das transmissões da CPI dos Correios.
 12. Impressão sobre desempenho dos parlamentares que integraram a CPI dos Correios.
 13. Opinião sobre influência das transmissões sobre intenção de voto.
 14. Reconhecimento dos nomes e imagem dos parlamentares da CPI dos Correios.
 15. Associação das transmissões pela TV Senado com notícia específica.
 16. Inserção dos assunto CPI dos Correios nas conversas diárias.
 17. Razões para escolha da TV Senado.
 18. Efeito sobre interesse pela política (em decorrência das transmissões).
 19. Efeito sobre interesse pela CPI dos Correios (em decorrência das transmissões).
 20. Informação sobre trabalhos do legislativo no Congresso (em decorrência das transmissões).
 21. Opinião sobre honestidade dos parlamentares.
 22. Preferência (futura) pela TV Senado para acompanhar fatos políticos do país
-

12. Avaliação do questionário aplicado aos acadêmicos do sétimo semestre (quarto ano) de Jornalismo da Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP

A transmissão da CPI dos Correios (Junho/2005 a Abril/2006) feita exaustivamente por diversas mídias fez com que os estudantes de jornalismo acompanhassem de alguma forma, os trabalhos do que se transformou no centro de uma das maiores crises da política recente do país. No grupo de respondentes desta pesquisa, quando perguntados se ‘de alguma forma acompanharam a CPI dos Correios’, todos, os respondentes disseram que ‘SIM’. Isso nos leva a crer, que atualmente, diante da facilidade de acesso à informação, caracterizada pela abrangência maior da tevê, pela internet, revistas, rádios, jornais e tevê por assinatura, um assunto de forte repercussão como foi a crise política, simbolizada pela CPI dos Correios, teria uma possibilidade muito remota de passar despercebido, até mesmo pelos menos interessados em política, como é o caso de dois dos doze respondentes, que admitiram não gostar do assunto.

Com relação ao objetivo de identificar se houve compartilhamento feito pelo respondente com membros do seu círculo social (família, amigos, colegas de estudo e trabalho) sobre as informações obtidas sobre a CPI dos Correios por meio da TV Senado. As respostas obtidas são todas positivas, sugerindo que o assunto passou a ser tema de interesse diário, pelo menos durante o período mais crítico dos trabalhos da CPI: Tanto o grupo que disse que se mostrou interessado em política, quanto o grupo que afirmou não se interessar pelo assunto, disse que repercutiu o assunto em casa, com a família, no trabalho ou entre amigos.

No grupo de respondentes, a tevê, mesmo com o crescimento e fortalecimento de outros veículos de informação, como é o caso da internet, continua ocupando o primeiro lugar no interesse de adolescentes e jovens. Na pesquisa pedia-se ao grupo de acadêmicos que eles informassem, em ordem decrescente de interesse, em qual mídia o estudante ‘acompanhou

com mais frequência a CPI dos Correios'. Dos doze respondentes, a tevê foi citada em primeiro lugar por nove alunos.

Para avaliar quais mídias e a ordem de preferência em que os estudantes acompanhavam a CPI atribuiu-se pontos para cada vez que o veículo era citado e a pontuação zero para a mídia que não fosse mencionada pelo estudante. Ou seja, a escala foi aplicada em ordem decrescente considerando cinco pontos para a mais assistida, quatro pontos para a segunda mais assistida, até um ponto para a menos assistida. A soma foi feita separadamente em cada mídia, considerando a ordem em que cada uma aparece no grau de preferência do acadêmico.

Vinte e oito alunos receberam o questionário da pesquisa. Destes, 16 disseram não acompanhar a CPI dos Correios pela TV Senado e outros 12 disseram que **também** acompanharam os trabalhos da comissão pelo canal legislativo.

Para identificarmos de que forma a TV Senado foi um estímulo para os acadêmicos assistirem a CPI dos Correios pela televisão, separamos as respostas dos acadêmicos em dois grupos: O grupo dos que não assistiram pela TV Senado (que são 16) e dos que assistiram pela TV Senado (que são 12).

O resultado obtido mostra que a transmissão da CPI dos Correios pelo canal legislativo (TV Senado) parece ter estimulado os respondentes a assistirem os trabalhos da comissão pela tevê, enquanto mídia, ou veículo de comunicação.

Nos dois grupos a tevê aparece com soma maior de pontos, o que significa que ela foi mais citada pelos alunos e numa ordem que demonstra preferência maior. No entanto, no grupo que **não** assistiu os trabalhos pela TV Senado, dos 16 respondentes, a tevê (enquanto mídia) apareceu em primeiro lugar na preferência de nove deles, ou seja, **56,25%** dos entrevistados. Já no grupo que assistiu os trabalhos **também** pela TV Senado, dos doze respondentes, a tevê (enquanto mídia) aparece em primeiro lugar para nove deles, o que quer dizer que a preferência em assistir pela TV saltou para **75%** do total dos acadêmicos.

O número parece se confirmar quando analisamos o segundo e o terceiro veículos mais usados para acompanhar os trabalhos da comissão, respectivamente, internet e jornais, nos dois grupos. A proporção de pessoas que acompanharam a CPI por esses dois veículos é maior, no grupo que **não** assistiu a CPI dos Correios pela TV Senado. Para estes alunos, a internet foi a preferida em primeiro lugar por sete dos 16, o que corresponde a **43,75%** do total. Já no grupo que assistiu também pela TV Senado a internet aparece numa proporção menor: dos doze, foi citada em primeiro lugar na preferência por dois, o que diminui a porcentagem para **16,66%** do total. Situação semelhante acontece com o veículo jornal. No grupo que **não** assistiu pela TV Senado, os jornais foram citados em primeiro lugar por quatro alunos dos 16 respondentes, o que equivale 25% do grupo. Já entre os que assistiram **também** pela TV Senado os jornais apareceram na preferência de dois entrevistados, o que representam **16,66%** do total.

A Tabela 1, abaixo, mostra o resultado obtido entre os alunos que disseram **não** acompanhar a CPI dos Correios pela TV Senado. Nesta tabela, pode-se conferir a ordem de preferência dos acadêmicos na hora de escolher a mídia em que acompanharam os trabalhos da CPI dos Correios, considerando **05 (cinco)** pontos para a mais utilizada em ordem decrescente até zero (zero) ponto para as que não foram utilizadas. A tevê recebeu 67 pontos, tendo destacado-se como canal preferido, seguido da internet, com 57 pontos. O total máximo possível para qualquer canal são 80 pontos.

Tabela 1 - Pontos representando preferência, atribuídos pelos alunos (inclusive quem não assiste a TV Senado) às diversas mídias (escala de 1 a 5, sendo 5 ponto mais utilizado).

Mídia	Internet	Jornais	Revistas	Rádio	Teve
Aluno 01	04	02	03	01	05
Aluno 02	04	05	00	00	03
Aluno 03	05	04	05	03	03
Aluno 04	02	05	01	04	03
Aluno 05	05	02	03	01	04
Aluno 06	05	04	00	00	00
Aluno 07	05	04	05	01	05
Aluno 08	01	02	03	04	05
Aluno 09	05	03	02	01	04
Aluno 10	03	04	02	01	05
Aluno 11	03	04	02	01	05
Aluno 12	00	00	00	00	05
Aluno 13	05	05	00	00	05
Aluno 14	05	00	00	00	05
Aluno 15	05	05	00	05	05
Aluno 16	00	00	00	00	05
Soma	57	49	26	22	67

Considerando agora apenas os respondentes que incluem a TV Senado entre os canais de informação utilizados para obter informações sobre a CPI pela TV Senado, o grupo de 12 alunos, podemos observar, na Tabela 2, resultado semelhante: foi a tevê (enquanto mídia) que obteve o lugar de maior preferência, com 56 pontos – citada por onze entrevistados. Desses onze respondentes, nove, citaram a TV Senado em primeiro lugar como o canal mais utilizado para acompanhar os trabalhos da comissão.

Ainda considerando a Tabela 2 (grupo de 12 alunos que se utilizam a TV Senado), a internet vem em segundo lugar de preferência. Esta mídia foi lembrada por dez dos entrevistados; em terceiro, os jornais, que somaram 33 pontos e foram lembrados por nove dos acadêmicos. A diferença é pequena também na ordem de preferência dos acadêmicos. Nas respostas dos nove alunos que citaram os dois veículos, a internet aparece antes na preferência de cinco e o jornal aparece antes na preferência de quatro deles.

As revistas ainda são um meio utilizado pelos jovens para se informar sobre política. Os dados obtidos mostram que a mídia recebeu a mesma quantidade de indicações que os jornais, mas as revistas são lembradas, na maioria das vezes, depois dos jornais da ordem de preferência dos alunos. Das nove vezes em que as revistas foram citadas, em cinco aparecem como a quarta mídia mais utilizada para acompanhar a CPI dos Correios, enquanto os jornais das nove vezes em que foram citados aparecem três vezes em segundo lugar e três vezes em terceiro. O rádio, quando o assunto é política, parece atrair menos o interesse dos jovens estudantes. Foi o veículo que apareceu com menos frequência nas respostas, tendo obtido sua melhor classificação nas respostas dadas por um único aluno, em terceiro lugar. Os demais classificaram este meio de comunicação no último no grau de preferência.

Os meios de comunicação citados pelos alunos sem classificação por ordem de preferência receberam todos cinco pontos na tabulação dos dados.

A seguir estão dispostas as mídias e a ordem de interesse que cada um dos respondentes citaram na pesquisa.

12.1 Descrição das respostas

Respondente 01: Tevê, jornais, rádio, internet, revista.

Respondente 02: Tevê, jornais, internet.

Respondente 03: Tevê, internet, revista.

Respondente 04: Tevê, revista, internet, jornais, rádio.

Respondente 05: Tevê, internet, jornais, revista, rádio.

Respondente 06: Jornais, tevê, internet, revista, rádio.

Respondente 07: Internet e revista (sem classificar ordem de preferência)

Respondente 08: Internet, televisão, jornal, revista, rádio.

Respondente 09: Tevê, jornal, internet, revista, rádio.

Respondente 10: Tevê, internet, jornais, revista, rádio.

Respondente 11: Tevê, jornal, revista (sem classificar ordem de preferência).

Respondente 12: Tevê

A Tabela 2 organiza as respostas dadas pelo grupo de 12 alunos (que vêem TV Senado). Os resultados foram organizados de acordo com as respostas ao questionário. Nessa pergunta, pedia-se aos respondentes que enumerassem em ordem decrescente suas preferências (05 para a mídia preferida para assistir a CPI dos Correios até um para a menos utilizada, e zero para as que não forem citadas). Para esta tabela assim como a anterior incluímos todas as mídias citadas na pesquisa. A Tabela 2, abaixo, mostra o resultado obtido a partir dos dados das respostas de alunos que disseram acompanhar a CPI dos Correios pela TV Senado. Nesta tabela, pode-se conferir a ordem de preferência dos acadêmicos na hora de escolher a mídia em que acompanharam os trabalhos da CPI dos Correios.

Tabela 02 - Pontos representando preferência, atribuídos pelos respondentes (12 alunos) que incluem a TV Senado entre seus canais de informação (escala de 1 a 5, sendo 5 ponto mais utilizado).

Mídia	Internet	Jornais	Revistas	Rádio	Teve
Aluno 01	05	05	04	03	05
Aluno 02	05	04	05	01	05
Aluno 03	04	04	05	01	05
Aluno 04	04	04	03	01	05
Aluno 05	04	05	02	01	05
Aluno 06	03	03	02	01	05
Aluno 07	03	03	02	01	05
Aluno 08	03	03	02	00	05
Aluno 09	03	03	02	00	05
Aluno 10	02	02	00	00	04
Aluno 11	00	00	00	00	04
Aluno 12	00	00	00	00	00
Soma	36	33	27	09	53

Uma das perguntas listava as emissoras de tevê, solicitando aos respondentes que identificassem sua preferência. As respostas obtidas mostram que os alunos questionados assistem preferencialmente a tevê aberta, e em especial a Rede Globo de Televisão, citada por nove dos entrevistados. Mas os canais fechados ganharam espaço importante, como foi o caso da Globo News. É interessante notar que várias vezes a TV Senado gerava a programação para a Globo News, ou seja, o que era transmitido neste canal havia sido gerado pela equipe da TV Senado.

De um total de 28 respondentes iniciais, 14, ou seja, **50% informaram** ter tevê por assinatura, e destes, apenas dois disseram não terem visto nada sobre a CPI dos Correios pela TV Senado. Os outros doze, ou seja, **42,86%** disseram que incluíram a TV Senado na

hora de acompanhar os trabalhos da CPI dos Correios, e são estes 42,86% os principais respondentes desta pesquisa.

Para termos uma idéia do interesse dos alunos em acompanhar a CPI dos Correios perguntamos em ‘que momentos o estudante acompanhou a CPI dos Correios pela TV Senado’ e também qual a ‘frequência’ em que isso era feito. Para a primeira pergunta seis dos doze alunos, **50%**, responderam que só se utilizaram a TV Senado como fonte de informação em momentos excepcionais ou de grande repercussão, o que mostra que a maior parte dos acadêmicos era motivada pela polêmica que o assunto causava e logo perdia o interesse. Esse ponto é importante para esta pesquisa, pois aponta para a relação interesse/ busca por informação, isto é, é preciso haver motivação para a busca deliberada de informação em um canal que tem as características da TV Senado. Apenas dois, ou seja, disseram acompanhar a CPI dos Correios pela TV Senado até a conclusão dos trabalhos. Outros três disseram que assistiram os trabalhos pela tevê legislativa em momentos diferentes do início ao final, mas não integralmente, sem que tivessem alguma motivação específica. Um dos doze acadêmicos informou que assistiu pelo canal do início até mais da metade, mas depois deixou de acompanhar os trabalhos.

Com relação a segunda parte da pergunta, à frequência da indicação da TV Senado nas respostas, a motivação para o uso provocada pelos momentos mais polêmicos dos trabalhos da CPI foi confirmada mais uma vez. Entre os alunos, cinco, ou seja, 41,66% disseram acompanhar os trabalhos de maneira *irregular* quanto à frequência, assistiam apenas quando os depoimentos envolviam nomes de grande repercussão. Três respondentes informaram que durante o período que assistiram os trabalhos mantiveram a frequência de pelo menos três vezes por semana. Dois (16,66%), afirmaram não manter nenhuma regularidade. E outros dois não responderam a essa pergunta.

12.2 Visibilidade da TV Senado

Antes do início da CPI dos Correios, dos doze respondentes que utilizaram a TV Senado, entre outras fontes, para acompanhar os debates da comissão, 25% **nunca havia ouvido** falar da TV Senado. Um dos acadêmicos não respondeu à pergunta. A mesma frequência de

resposta é encontrada quando é perguntado aos acadêmicos se antes da CPI dos Correios eles **já haviam assistido** a TV Senado.

Procurou-se saber também se **antes** da transmissão da CPI dos Correios pelo canal legislativo os alunos incluíam, intencionalmente, a TV Senado na hora de ‘zappear’ com o controle remoto. E para efeito comparativo, questionamos se depois de acompanhar pelo canal, eles passaram a incluí-la. O resultado foi favorável à TV Senado: apesar de diminuir de quatro para três o número de alunos que procuram, efetivamente, incluir o canal na hora de ‘zappear’ o controle remoto, aumentou de cinco para sete o número de acadêmicos que voltam o controle remoto e passam aleatoriamente pelo canal e, ainda, diminuiu para um respondente o número de estudantes que evitam passar pela TV Senado.

Sete dos entrevistados afirmaram que nunca procuraram o canal para assistir outra coisa que não fosse a CPI dos Correios. Os respondentes explicam sua resposta afirmando não terem interesse em política e um deles completa dizendo que mantém o hábito de assistir outros canais. Entre os cinco (41,66%) que responderam que SIM, alguns acadêmicos alegam que estavam em busca de mais informação. De novo aqui aparece a relação interesse/uso do canal TV Senado. Considerando que a TV Senado não tem os atrativos da tevê aberta, a intensidade do interesse é que parece explicar o esforço da busca pela informação.

No entanto, mesmo que a maior parte mostre não ter assistido outra coisa no canal que não fosse a CPI dos Correios, quando perguntados, se depois de assistirem os trabalhos, pela TV Senado, os acadêmicos utilizariam o canal para acompanhar os fatos políticos do país, nove dos doze entrevistados (75% do total) responderam que SIM, dois (16,66%) disseram que NÃO e um (8,66%) não respondeu..

A resposta sugere que é possível que a TV Senado, uma vez conhecida, passe a ser procurada quando informações semelhantes forem de novo buscadas.

A TV Senado, desde a sua criação em fevereiro de 2006, já teve outros momentos de visibilidade, ocasiões em que foram feitos outros depoimentos de grande repercussão, mas jamais como o que foi alcançado com a CPI dos Correios.

Uma das razões da escolha da TV Senado como canal referência nesta pesquisa foi o fato de, sendo um canal legislativo, seus programas não sofrem o mesmo tipo de interferência que os canais comerciais. Uma pergunta foi incluída no questionário com o intuito de verificar se os respondentes notaram alguma diferença na transmissão dos trabalhos da CPI dos Correios realizada por emissora quando comparada as reportagens das demais. O resultado foi surpreendente, pois, ao contrário do que esta pesquisadora esperava, o número de acadêmicos que disse **NÃO** notar diferença é igual ao número de alunos que disseram **SIM**, que notaram diferença. Seis estudantes deram a resposta **NÃO** e outros seis **afirmam que notaram diferença**. Entre os que responderam que **SIM, todos**, citaram a transmissão com edição limitada, na íntegra, como a principal característica que diferencia o canal legislativo das demais. Alguns chegaram a justificar a preferência, usando a expressão por ser uma transmissão “*sem a interferência*” do jornalista ou ainda, que “não corre o risco de ser manipulada pelas grandes mídias”. Com isso, esses jovens mostram que estão em busca de formar suas próprias opiniões sem correr o risco de serem influenciados por alguma linha editorial. Alguns ainda destacaram a disponibilidade de tempo do canal para exibir a programação, e a “especialização no assunto” uma característica bastante comum das tevês por assinatura.

A visibilidade alcançada pela TV Senado por causa da CPI dos Correios pôs em evidência também quem são os atores principais da programação da emissora, os parlamentares. Um dos objetivos específicos estabelecidos para este estudo é *Identificar reação dos respondentes (opiniões políticas e intenção de voto) sobre os parlamentares e sobre política a partir das informações obtidas nas transmissões da TV Senado*. A existência de reação pode ser interpretada como indicador positivo da existência de *influência* da informação obtida sobre *formação de opinião* dos que obtiveram a informação. Questionados quanto ao desempenho dos parlamentares, a maioria dos respondentes revelou impressão negativa: das doze respostas obtidas, sete (58,33%) tiveram um tom

desanimado. Entre esses sete, um parece não se referir aos parlamentares, mas à política: “a impressão foi boa, mas que não vejo muita resolução para o caso”. Destes sete respondentes, três deles incluíram em suas respostas o que consideram capacidade de *interpretação teatral* dos parlamentares: “Parece que todos são “treinados” para falar na CPI”, “Pessoas astutas que sabem usar o poder da oratória a seu favor”, “São ótimos atores”.

Em outra pergunta, o tom de descrédito sobre os parlamentares continua. Oito respostas consideram que “existem mais coisas a serem apuradas”, que “falta integridade entre eles”. Alguns usaram xingamentos e tons agressivos para manifestar revolta: um dos acadêmicos chamou os parlamentares de “corja de ladrões”. Três optaram por não responder. Dois deram respostas mais positivas, mas apenas um, totalmente positiva, referindo-se especificamente a alguns parlamentares: considerou “*desempenho esperado, tanto pelo presidente da CPI, Delcídio Amaral, como o trabalho do relator Osmar Serraglio, já bastante satisfatório, que conseguiram apesar das pressões entregar o relatório final*”.

Este resultado de insatisfação parece indicar que as transmissões tiveram efeito contrário ao que poderiam esperar alguns parlamentares, visto que o eleitor passa a ter mais informação sobre o parlamentar, passa a conhecê-lo mais, o que pode ter um efeito decisivo na hora do voto. O fato pode ser também interpretado como um indicador para a relação buscada neste estudo: informação levando à formação de opinião. Lembrando-nos da iniciativa da ALA ainda no início da década de 90, mencionada no início deste trabalho, o episódio aqui relatado parece confirmar o acerto de seu posicionamento, baseado na hipótese da relação *acesso livre e amplo à informação/cidadãos capazes de formar suas próprias opiniões*.

Foi feita uma pergunta específica aos respondentes sobre se as informações obtidas nas transmissões da TV Senado poderiam influenciá-los na hora de votar. Oito respondentes, 66,66% deram resposta positiva, e três negativa. Um não respondeu. Explorando um pouco mais essa mesma relação, foi perguntado ao grupo se, após terem obtido as informações pela transmissões da TV Sendo eles **passariam a votar** em algum dos integrantes da CPI.

Cinco responderam que sim, e dois explicaram que com base no desempenho do parlamentar na CPI é possível avaliar “a ética e o compromisso público” ou ainda, “como se comportaria diante de uma situação difícil”. Neste tópico foram lembrados os senadores Delcídio do Amaral, presidente da CPI dos Correios e com base eleitoral em Mato Grosso do Sul, Estado onde a pesquisa foi feita e, portanto, provavelmente um nome mais conhecido para os respondentes. Foi lembrada também, apesar do nome incorretamente citado, a senadora do PSOL, Heloísa Helena. Na opinião dos entrevistados que citaram estes dois parlamentares, o senador mereceria o voto por “ter levado até o final a CPI dos Correios, apesar das pressões de alguns partidos como PT”. E a senadora “realmente, surpreendeu, neste caso tanto como mulher, como política independente do partido”. Dos seis respondentes que disseram que NÃO votariam, a falta de credibilidade foi a principal justificativa. Outros dois alegaram que o desempenho na CPI não serve com base para avaliar o parlamentar. Um respondente disse que não sabia se votaria.

Outra pergunta indagou se o estudante **deixaria de votar** em algum parlamentar com base no desempenho dele na CPI dos Correios. As respostas foram bem enfáticas: dez (83,33%) responderam que sim e justificaram suas respostas exatamente no desempenho dos parlamentares durante a CPI. Um disse que NÃO se deixaria de votar porque se baseia na história política do candidato, e outro aluno, respondeu que NÃO SABIA. O único parlamentar citado neste grupo, por um estudante, foi o senador Delcídio do Amaral, que foi considerado pelo acadêmico “muito apático nas suas decisões”.

Nas perguntas comentadas acima, sobre a influência direta das transmissões nas intenções de voto, dentre os doze entrevistados, nove deram respostas que se baseiam no desempenho dos senadores na CPI dos Correios pela TV. Na pergunta *se deixariam de vota*, a influência das informações transmitidas na decisão dos jovens é maior e mais categórica do que na anterior: 83,33% deles deixariam de votar em um dado candidato depois de conhecer de perto os trabalhos dele. Entre os respondentes, parece que é mais fácil criar rejeição ao parlamentar do que empatia, sugerindo que as transmissões da CPI dos Correios pela TV Senado influenciam a opinião política desses estudantes de jornalismo, e mais ainda, repercutem em um momento fundamental, a hora do voto.

Para avaliar se os acadêmicos assimilaram a imagem dos parlamentares que fizeram parte da CPI escolhemos, aleatoriamente, dois parlamentares, que foram membros da CPI e outros dois que não foram membros da CPI, além da senadora Heloísa Helena do PSOL e o senador Delcídio do Amaral, muito lembrados nos pré-testes feitos para esta pesquisa.

O doze entrevistados analisaram as fotos de seis parlamentares e responderam se eles os reconheciam como membros da CPI dos Correios. Somados têm-se, portanto, 72 respostas. Em 31 dessas respostas, 43,05%, a associação foi corretamente estabelecida. Em 21 respostas, os estudantes fizeram a associação incorreta, o que equivale, a 29,17% de associações erradas. Em 18 respostas (25%), os alunos não responderam.

O número de acertos foi considerado alto porque os respondentes diversas vezes mencionaram não ter interesse por política. Por outro lado, aponta para a influência que as informações visuais podem ter.

Nesta pergunta a intenção não foi verificar se a lembrança do respondente era positiva ou negativa ao parlamentar, mas avaliar a impressão que a informação por meio da imagem causa na memória, especialmente neste caso em que ao assunto das notícias tinha grande repercussão. As respostas apontam para a tevê como ferramenta poderosa, tanto a favor do parlamentar, quanto do cidadão.

Diante da avalanche de material produzido sobre o assunto fez-se uma pergunta tentativa para avaliar se os acadêmicos conseguiam lembrar-se de algum fato que tivessem visto exclusivamente pela TV Senado. Do total, 50% dos estudantes disseram lembrar-se e outros 50% responderam que não lembravam. Considerando que apenas dois alunos disseram ter assistido aos trabalhos na íntegra do início ao fim, o resultado sugere que o que foi visto com exclusividade nas transmissões na íntegra foi bem assimilado pelos estudantes.

Para obtermos uma resposta mais ampla dos acadêmicos sobre o porquê da escolha de assistir à CPI dos Correios pela TV Senado, fizemos uma pergunta aberta. Obtivemos

respostas que esclarecem como a TV Senado foi surgindo na relação de escolhas dos respondentes. Um dos acadêmicos explicou que tomou conhecimento do canal enquanto trocava de canal e o tema chamou a sua atenção; outros dois destacaram a transmissão dos trabalhos 24 horas por dia; e outros dois citaram o horário do canal, que por ser amplo, como eram o caso dos depoimentos transmitidos à noite, permitiram com que muita gente pudesse acompanhar a programação em um horário alternativo. Ou seja, o formato diferenciado do canal, associado à disponibilidade de programação, são características fundamentais para atrair telespectadores diante de um assunto de interesse do cidadão. Outros acadêmicos responderam que buscavam mais informação, e mais um respondeu que (subentendendo-se que ele não o veria da mesma forma em outros canais) gostaria de ver no canal “a reação dos acusados”.

Para avaliar o grau de influência da informação oferecida nos moldes em que trabalha a TV Senado, horário amplo e pouca interferência de edição, buscou-se saber se obter informações sobre a CPI dos Correios por essa via despertou o interesse dos estudantes sobre política. A resposta foi NÃO para sete alunos (58,33%) que justificaram sua resposta alegando descrédito na política. Cinco (41,66%) responderam que SIM, e entre as justificativas oferecidas está *acompanhar o desempenho do político para fazer a melhor escolha*.

Pergunta semelhante foi mais uma vez feita, mas desta vez indagou-se o grau de interesse quando o assunto é CPI dos Correios. Desta vez, oito entrevistados (66,66%) responderam que SIM e outros quatro (33,33%) responderam que NÃO. Esta diferença maior de interesse pela CPI dos Correios em relação à política de forma geral, ratifica o interesse em acompanhar assuntos que tenham grande repercussão. Foi, inclusive, uma das justificativas dadas por um dos estudantes que disse que “foi o caso mais polêmico que já existiu na nossa política”. Mais uma vez, essas respostas parecem indicar a presença de uma motivação especial para haver busca e absorção da informação.

A CPI dos Correios transmitida ao vivo pela TV Senado também permitiu que os acadêmicos se familiarizassem mais com o Congresso. Dos entrevistados, 83,33%

informaram que as transmissões ao vivo deram uma noção de como funcionam o Congresso Nacional.

A imagem dos parlamentares que ficou para o grupo que respondeu à pesquisa, é de pouco trabalho e intenções interesseiras: 66,66% dos entrevistados acharam que os parlamentares só querem acalmar os ânimos e ver a crise passar, 25% acha que os parlamentares se apropriam da TV Senado para aparecer, 16,66% acham as duas coisas, 08,33% não responderam. Entre as alternativas da pergunta, que foi fechada, também estava a seguinte opção, *a maior parte dos políticos tem interesse em resolver a crise e punir os culpados*. No entanto, esta alternativa não foi marcada por nenhum dos respondentes.

Respostas à penúltima pergunta do questionário mostraram que a imagem que os acadêmicos têm dos políticos é negativa, mas que, pelo menos para alguns, existe uma ponta de esperança. A pergunta feita indagava qual seria a impressão do respondente sobre a honestidade dos parlamentares depois de assistir a CPI dos Correios ao vivo pela TV Senado, As respostas foram de desânimo: 75% dos entrevistados acham que a maioria dos políticos é desonesta, mas que apesar disso, existem honestos. Os outros 25% acham que todos são desonestos.

13. Conclusões

O problema que motivou este estudo teve origem na preocupação da Ciência da Informação com a relação entre oferta da informação e formação de opinião, e neste caso, com opiniões sobre política e formação do cidadão. As transmissões pela TV Senado sobre a CPI dos Correios foram escolhidas como o caso para estudo porque ofereciam certas características consideradas interessantes para a pesquisa:

- uma tevê legislativa não sofre interferências de um editor com a mesma intensidade do que uma tevê comercial, embora talvez seja ingênuo pensar que não sofra nenhuma interferência. A não interferência poderia fornecer um fato adequado para observar a influência da informação sobre formação de opiniões sobre políticos e políticas, temas ligados à cidadania;
- a CPI dos Correios desvendou para a nação um lado talvez conhecido, mas nem sempre exposto da política e políticos, e teve características de uma novela ou drama, atraindo a atenção a “cada capítulo novo”.
- o interesse da pesquisadora por política, jornalismo e em especial pela televisão.

A questão de pesquisa se referiu especificamente à relação entre as informações transmitidas pela TV Senado sobre os trabalhos da CPI dos Correios e às opiniões sobre os parlamentares que atuaram nessas Comissões, formuladas por um grupo de estudantes de jornalismo da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), de Campo Grande (MS) que assistiram àquelas transmissões. Embora o estudo tenha sido muito preliminar, o fato de ter sido conduzido como um estudo exploratório permitiu que se ganhasse algum conhecimento da questão, que serão comentados a seguir.

Com relação ao objetivo específico A - *Identificar fontes e hábitos de obtenção da informação envolvendo a TV Senado*: esse objetivo era necessário para caracterizar o ambiente onde a pesquisa foi conduzida. As respostas mostraram que o canal é utilizado especialmente quando há uma motivação específica, tal como um depoimento muito esperado, um momento de crise. As respostas sugerem que o canal passou a ser mais conhecido e mais assistido depois do episódio da CPI, embora não de maneira ampla. A hipótese a ser testada em futuros estudos parece ser a relação motivação especial leva à

busca de informação, mesmo que isso implique em sair da rotina. O conceito *motivação especial* terá que ser, também, objeto de pesquisa.

Com relação ao objetivo específico B - *Identificar percepção do respondente quanto a diferenças entre a informação política transmitida pela TV Senado e a informação transmitida por outras fontes*, os resultados apontam para uma percepção muito baixa, pelo menos uma percepção *consciente*. No entanto, o fato que houve persistência de alguns respondentes em voltar ao canal talvez mostre uma atração que seja causada pela não interferência.

Com relação ao objetivo específico C – *Identificar compartilhamento feito pelo respondente com membros do seu círculo social (família, amigos, colegas de estudo e trabalho) as informações das a CPI dos Correios obtidas por meio da TV Senado*. As respostas obtidas são todas positivas, sugerindo que o assunto passou a ser tema de interesse diário, pelo menos durante o período mais crítico dos trabalhos da CPI.

Com relação ao objetivo específico D - *Identificar reação dos respondentes (opiniões políticas e intenção de voto) sobre os parlamentares a partir das informações obtidas nas transmissões da TV Senado*, as repostas obtidas sugerem que houve, sim, influência das informações obtidas sobre as opiniões expressas. Talvez o mais interessante seja a possibilidade de que as informações a que foram expostos os estudantes durante o período das transmissões tenham provocado neles um interesse crítico sobre a política. Mas a relação aqui sugerida, informação/ formação de consciência crítica, teria que ser objeto de outra pesquisa para poder ser confirmado e melhor entendido.

As conclusões apresentadas neste trabalho, por serem resultantes de um estudo de caso muito restrito e preliminar, não podem ser generalizadas ou mesmo tomadas como definitivas nem mesmo para o grupo estudado. Mas, podem contribuir para futuras análises e observações no âmbito Ciência da Informação, das tevês legislativas, política, comunicação, sociologia, entre outros cenários.

Quando a lei que criou as tevês legislativas foi aprovada o objetivo alegado era aproximar o cidadão das atividades parlamentares. Tornar próximo tudo que acontece à distância. O cidadão, de acordo com a lei, passou a poder acompanhar as sessões na íntegra.

A tevê legislativa surpreendeu e cresce enfrentando novos desafios. Consolidou-se e superou as etapas de resistência, crítica, preconceito, e interferência definitiva do parlamentar naquilo que vai ao ar.

Como se parecesse um teste para por à prova a sua eficiência, às vésperas das comemorações dos dez anos, completados em fevereiro de 2006, a TV Senado, encara o maior desafio de todos: A CPI dos Correios.

Da noite para o dia, o canal passa a ser o centro das atenções. Primeiro o depoimento eletrizante do ex-deputado Roberto Jéferson (então PTB/RJ). A cada denúncia um novo escândalo.

O processo democrático proporcionado pela TV Senado é uma ferramenta poderosa nas mãos dos cidadãos. A jornalista Leticia Renault resumiu em uma entrevista à própria emissora: “o que foi ao ar, já foi. Não tem como voltar a fita”.

Mas as tevês legislativas são, também, uma ferramenta nas mãos dos seus protagonistas.

As transmissões são livres da ‘mordça’ editorial, mas quem de nós sabe quem assinou a lista de presença das sessões e participou, efetivamente dos trabalhos, ou apenas, assinou e foi embora, para que não se comprovasse ausência?

O que se quer dizer é que as transmissões têm, realmente, audiência mais limitada em relação às outras tevês comerciais, mas é preciso lembrar, que o que vai ao ar, é só o que a câmera capta, e o que o diretor de tevê seleciona entre as imagens captadas simultaneamente. Ou seja, não se vê absolutamente tudo. É o que explica Bucci (1996, p.11) o que é invisível para as objetivas da tv não faz parte do espaço público”.

Contudo, é uma oportunidade bem mais ampla para o exercício da cidadania, que atraiu olhares, em um ano de absoluta crise, e, cujos efeitos podem refletir nas eleições. Os estudantes de jornalismo pesquisados demonstraram de forma geral que não se interessam

por política, mas que acompanharam, as discussões pela TV Senado, justamente, por mostrar as sessões da CPI dos Correios “sem cortes”.

No entanto os jovens se mostraram bastantes cétricos quando o assunto refere-se aos políticos, e, raros deputados membros da CPI dos Correios causaram alguma impressão positiva.

Percebeu-se que a resistência dos estudantes com os parlamentares é muito forte.

Os respondentes não foram questionados sobre em quem votariam, mas com relação aos parlamentares da CPI, as respostas tiveram tom negativo, com algumas raras exceções, quando se referiram à decisão para as próximas eleições.

Considerando a importância para a democratização da informação dos trabalhos parlamentares e do exercício da cidadania, acredita-se que esta dissertação tenha contribuído para demonstrar os efeitos em um grupo de respondentes que são jovens, e faz parte de uma parcela da população, que está em busca de conhecimento, profissionalização, e vota. Ou seja, é capaz de decidir.

Do ponto de vista acadêmico, espera-se ter contribuído para o debate teórico e prático sobre o processo de comunicação e fluxo da informação na Ciência da Informação.

14. Referências Bibliográficas

14. Referências Bibliográficas

ALA. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Position Statement on the role of the school library media program. American Library Association. 1990. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/aasl/aaslproftools/positionstatements/aaslpositionstatementrole.htm> Acesso em 17 de maio de 2006.

AZEVEDO, Carlos Eduardo de. Gestão da informação para inteligência competitiva. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2005.

BRUM, Eron. **Política, o palco da simulação**. Santos, A Tribuna, 1988.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Jinkings Editores Associados Ltda. 1996

BUSH, Vannevar. As we may think. **The Atlantic Monthly**, July, 1945 Disponível em: <http://www.ps.uni-sb.de/~duchier/pub/vbush/vbush-all.shtml>. Acesso em 17 de maio 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

CAIRNCROSS, Francis. **O fim das distâncias**. São Paulo: Nobel. 2000

CASTRO, Daniel. A CPI que não passa na TV. Folha de São Paulo, 7 de agosto de 2005. Disponível em <http://www.senado.gov.br/tv/conheca/namidia1.asp>. Acesso em 17 de maio de 2006.

ESTUDO revela aumento da audiência da TV Senado. Pesquisa do Qualibest mostra que canal tem superado noticiários da Globo e da Band. Disponível em: www.energiamidia.com.br. Acesso em:05/08/2005.

FREITAS, Luiz Carlos Santana. **A midiaticização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado Brasileiro – dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília**. Brasília. 2004

LASSWELL, Harold. **A linguagem da política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1902.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda de Filgueira Gomes. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Fundação Percecu Abreu, 2001

MARANHÃO, Jorge. **Mídia e Cidadania faça você mesmo**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1993.

MARTELETO, R., RIBEIRO, L B. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. **Informação e Sociedade**, v.11, n.1, p.57-85, 2001.

MACLUHAN, Marshall. **Os Meios de comunicação como extensões do homem**. SP: Cultrix. MORIN, Edgar, 1964

MASUADA, Yoneji. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial** – Rio de Janeiro. Editora Rio, 1995.

MIRANDA, Antônio. **Ciência da Informação Teoria e Metodologia de uma Área em Expansão**. Elmira Simeão, organizadora Brasília: Thesaurus, 2003

MONTEIRO, Carlos. 2003

NEGROPONTE, Nicolas. **A vida digital**. 2a ed. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo. Cia das Letras, 1999

Observatório da imprensa: Disponível em:

http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/arquivo/principal_050726.asp. Acesso em: 20/06/2005

ROCHA, Marisa P. C. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v.29 n.1 jan./abr. 2000. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt **Acesso em 18 de maio de 2006.**

SARACEVIC, Tefko. 1992

SANTAELLA, Lúcia santaella. **Cultura das Mídias**. São Paulo: Experimento, 1996.

TV SENADO Supera audiência das emissoras comerciais. Portal imprensa:

<http://www.portaldaimprensa.com.br/> -Acesso em: 03/08/2005

CPI PROTESTA ao saber que não está na TV. Portal Terra:

<http://noticias.terra.com.br/brasil/crisenogoverno/interna/0,OI617499-EI5297,00.html>. Acesso: em 04/08/2005

CRISE no governo vira assunto para todos os públicos. Portal UOL:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u52559.shtml>. Acesso em 09 de agosto.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e Política dos canais de televisão do poder legislativo no Brasil**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004.

RUBIM, A. A. C. O Lugar da Política na Sociabilidade Contemporânea. Universidade & Sociedade, Brasília, 2002.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 18 de maio de 2006.

SILVEIRA, Henrique F R da. Um estudo do poder na sociedade da informação **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=265&layout> Acesso em 18 de maio de 2006.

SOCIEDADE da Informação no Brasil: livro verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**. São Paulo: Cortez Editora. 1994

VAZ, Lucio. **A Ética da Malandragem**: No submundo do Congresso Nacional. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

SERGIPE Hoje. Disponível em:
<http://www.sergipehoje.com.br/politica/noticia.asp?id=1560>. Acesso em 14/08/2005

SHOW na telinha. Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 27/07/2005.

TRIPODI, T, FELLIN, P MEYER, H. **Análise da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

TV Senado, uma TV Cidadã. Disponível em: <http://www.tvsenado.gov.br>. Acesso em 22/07/2005.

Dines, Alberto. Circo da CPI. Disponível em:
http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/arquivo/principal_050726.asp. Acesso em: 10/09/2005

Programa Aconteceu da TV Senado. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/tv/programas/aconteceu/aconteceu.asp>. Acesso em: 27/02/2006

Fala cidadão. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/tv/programas/falacidade/falacidade.asp>. Acesso em: 26/02/2006

Jornalismo e Cidadania. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/tv/programas/jornalismo/cidadania/cidadania.asp>. Acesso em: 24/02/2006

Senado Notícia. Disponível em:

[/www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/principaisJornais/verNoticia1.asp?ud=20060209&codNoticia=174128&datNoticia=20060101&nomeJornal](http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/principaisJornais/verNoticia1.asp?ud=20060209&codNoticia=174128&datNoticia=20060101&nomeJornal). Acesso em:25/02/2006

TV Senado / Programas. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/especiais/decoracao.asp>. Acesso em:26/02/2006

Debate Brasil. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/debatebrasil/debatebrasil.asp>. Acesso em:25/02/2006

TV Senado / Diplomacia Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/diplomacia/diplomacia.asp>. Acesso em:25/02/2006

TV Senado / Eco Senado Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/ecosenado/ecosenado.asp>. Acesso em:25/02/2006

TV Senado Economia / Política Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/economiapolitica/economiapolitica.asp>. Acesso em:25/02/2006.

TV Senado / Entrevista . Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/jornalismo/entrevista/entrevista.asp>. Acesso em:26/02/2006

Espaço Cultural Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/espacocultural/espacocultural.asp>. Acesso em:26/02/2006

TV Senado / Especiais. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/especiais/especiais.asp>. Acesso em:26/02/2006

TV Senado / Idéias. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/ideias/ideias.asp>. Acesso em:26/02/2006

TV Senado / Inclusão Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/inclusao/inclusao.asp>. Acesso em:26/02/2006

TV Senado / Institucionais Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/institucionais/institucionais.asp>. Acesso em:26/02/2006.

TV Senado / Jornal do Senado. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/jornalismo/jornaldosenado.asp>. Acesso em:26/02/2006

TV Senado / Leituras Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/leituras/leituras.asp>. Acesso em:26/02/2006.

TV Senado / Especias Memórias. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/especiais/memoria.asp>. Acesso em:26/02/2006

TV Senado. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/institucionais/institucionais.asp>. Acesso em:26/02/2006.

TV Senado / Plenário. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/plenario/plenario.asp>. Acesso em:26/02/2006

TV Senado / Quem tem medo. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/quemtemmedo/quemtemmedo.asp>. Acesso em:26/02/2006.

Repórter Senado. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/reporter%20senado/reportersenado.asp>. Acesso em:27/02/2006.

TV Senado / Entrevista Disponível em:

http://www.senado.gov.br/tv/programas/senadoinforma/si_entrevista.asp. Acesso em:27/02/2006

ANEXO 1

Programas da TV Senado:

Aconteceu no Senado

Interprograma com o registro de fatos, visitas, debates e votações importantes que acontecem nas comissões e no plenário do Senado. É veiculado durante toda a programação.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/aconteceu/aconteceu.asp>

Alô Senado

O *Fala Cidadão* mudou de formato e agora tem um novo nome: Alô Senado. É o espaço para o cidadão tirar as suas dúvidas e saber mais sobre seus direitos. A participação pode ser feita pelo 0800612211 ou pelo formulário na Internet, na página do Senado. Você pode ver a resposta dos senadores para a sua pergunta no programa, que vai o ar to domingo.

Horários:

Sábado - 7 h, 13 h e 20h30.

Domingo - 7h e 11h.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/falacidadao/falacidadao.asp>

Cidadania

O *Cidadania* é um programa de debates objetivo, com a mediação de um jornalista. Todos os dias, um representante da sociedade civil e uma autoridade discutem temas de interesse do cidadão.

Horários:

segunda a sexta: 1h, 6h, 13h, 19h30

sábados e domingos: 1h, 6h, 13h30, 19h

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/jornalismo/cidadania/cidadania.asp>

Comissões

A TV Senado está presente em todas as reuniões das comissões permanentes, temporárias, especiais e mistas do Senado Federal.

Todos os dias, a TV Senado distribui suas equipes e faz a cobertura das reuniões agendadas.

Esse trabalho resulta em diversos tipos de programas: íntegras de reuniões transmitidas ao vivo ou gravadas, entrevistas exibidas nos programas de jornalismo e especiais.

As reuniões das comissões permanentes e temporárias do Senado Federal são normalmente realizadas durante a semana de manhã e, à tarde, após o plenário. São apresentadas ao vivo ou, quando há choque de horário com sessões plenárias ou reuniões de outras comissões, gravadas e transmitidas no mesmo dia ou em dias subsequentes.

Fonte:

<http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/principaisJornais/verNoticia1.asp?ud=20060209&codNoticia=174128&datNoticia=20060101&nomeJornal>

Conversa de Músico

Uma gostosa conversa entre músicos, onde você conhece mais sobre os instrumentos, o repertório, os grandes compositores e o que pensam os profissionais da música. Tudo isso recheado com interpretações primorosas dos clássicos e do melhor da música brasileira.

Horários

sexta: 21h30

sabado: 14h30

domingo: 19h45

Fonte:

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/conversa%20de%20musico/conversademusico.asp>

De Coração

Apresentados pelos cardiologistas Andréia Loures-Vale e Romeu Meneghelo, o "De Coração" é um programa da Sociedade Brasileira de Cardiologia realizado pelo seu órgão, o Funcor, que tem como objetivo informar a população sobre a melhor qualidade de vida e sobre a prevenção contra doenças cardiovasculares.

Horários

sábado: 4h30, 8h e 23h30

domingo: 4h30, 8h30 e 23h30

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/especiais/decoracao.asp>

Debate Brasil

Um programa que reúne os maiores especialistas e autoridades, sobre os mais diversos assuntos que movimentam a opinião pública brasileira, com a participação do telespectador. Os debates são gravados ao vivo e apresentados em datas a serem divulgadas oportunamente.

O *Debate Brasil* é um espaço para a discussão dos temas nacionais, visando informar todos os lados das questões e formar cidadãos esclarecidos.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/debatebrasil/debatebrasil.asp>

Diplomacia

O mundo em debate pela TV Senado. Este programa coloca em discussão os temas mais relevantes da agenda global contemporânea. Diplomatas, acadêmicos, formuladores de políticas públicas e intelectuais apresentam suas opiniões sobre as relações internacionais no mundo de hoje. A cada mês, serão analisados alguns dos acontecimentos mais relevantes de alcance mundial no período.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/diplomacia/diplomacia.asp>

Ecosenado

É o espaço da TV Senado para o meio ambiente. A equipe da emissora visita paraísos ecológicos e mostra ações da cidadania em defesa da natureza. São interprogramas de 5 minutos, exibidos ao longo da programação.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/ecosenado/ecosenado.asp>

Economia Política

Uma visão contextualizada, porém simples da economia, com suas implicações políticas e sociais. Esta é a proposta do programa "Economia Política", da TV Senado. A idéia é desmistificar e tornar mais palatáveis assuntos que normalmente passam ao largo da cobertura econômica na TV, dando aos telespectadores acesso a informações normalmente só disponíveis para quem lê jornais e revistas..

Horários

Sábado - 9h

Domingo - 11h30, 15h30 e 23h

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/economiapolitica/economiapolitica.asp>

Entrevista

Programa diário gravado com um senador ou especialista sobre projetos em andamento no Senado e assuntos da atualidade.

Horários:

segunda a sexta:

3h30, 7h30, 12h30, 20h30

sábado: 3h30, 7h30, 12h30, 17h

domingo: 3h30, 7h30, 12h30, 17h30

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/jornalismo/entrevista/entrevista.asp>

Espaço Cultural

Neste espaço, assista com exclusividade a shows de música popular e erudita e outros espetáculos culturais gravados pela TV Senado.

Horários

sábado: 15h (reapresentação de shows de arquivo) 21h30 (espetáculos inéditos)

domingo: 14h30 (reapresentação do programa de sábado)

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/espacocultural/espacocultural.asp>

Especiais

Os Especiais são programas temáticos produzidos pela TV Senado sobre diferentes temas da atualidade e da cultura brasileira.

Horários

Sábado: 3h, 11h30

Domingo: 3h, 9h, 11h30

Terça à sexta: 3h, 5h, 7h

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/especiais/especiais.asp>

Idéias

Conheça um pouco mais do trabalho dos senadores, suas opiniões e propostas sobre diversos temas e fatos, reveladas nos pronunciamentos no Plenário.

Confira os horários.

Horários:

sábado: 2h, 7h, 11h, 17h30, 23h

domingo: 4h, 9h30, 13h, 21h

segunda: 3h, 5h, 8h, 12h

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/ideias/ideias.asp>

Inclusão

O Inclusão quer aproximar o trabalho legislativo da realidade da população. Além de divulgar a difícil vida de milhões de brasileiros que estão fora do processo produtivo, ainda presta serviços de utilidade pública.

O programa já recebeu os seguintes prêmios: Troféu Clara de Assis de Televisão, da CNBB, com o tema "A População de Rua"; menção honrosa da Associação Brasileira de Psiquiatria e Laboratório Lilly pelo tema "Transtornos Mentais" e o prêmio especial do UNICEF no concurso Ibero-Americano, com trabalhos de jornalistas de 20 países. "Educação Inclusiva" foi o tema abordado.

.

Horários

Sábado: 11h30.

Domingo: 9h.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/inclusao/inclusao.asp>

Institucionais

A TV Senado realiza programas institucionais destinados a manter o cidadão informado sobre o Senado Federal em seus diferentes aspectos. São vídeos sobre a história do Senado, a arquitetura, os serviços oferecidos ao cidadão e as normas constitucionais e regimentais que regulam o funcionamento da Casa.

É lei

Aqui você vai ver as propostas que passaram pelo Senado e viraram leis de interesse do cidadão.

Acompanhe o que muda sua vida e determina os rumos do Brasil.
Todo dia, na TV Senado

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/institucionais/institucionais.asp>

Jornal do Senado

Resumo diário das principais notícias do Senado.

Horários:
Segunda a Sexta - 21h

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/jornalismo/jornaldosenado.asp>

Leituras

Apresentado pelo jornalista Maurício Melo Júnior, o programa **Leituras** é o espaço dedicado à análise e à divulgação da literatura brasileira. Na primeira parte do programa é veiculada uma entrevista com um escritor ou com um especialista, sempre abordando assuntos literários. Com isso, são debatidos os vários aspectos da literatura, abrindo-se espaço para todas as correntes criativas. Em um segundo momento são analisadas obras atuais, procurando formar um juízo de valor que ressalte as qualidades reais e os possíveis equívocos dos textos em questão.

Apresentado em uma linguagem ágil e acessível, o **Leituras** desmitifica a criação literária destacando-a como uma atividade humana rica e desprovida de mistérios.

Horários

Sábado: 9h30, 20h

Domingo: 20h30

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/leituras/leituras.asp>

Memória Brasileira

Programa mensal que homenageia personalidades e relembra fatos marcantes da história do país. Músicos, escritores, historiadores, políticos e eventos que ficaram ou fugiram da memória dos brasileiros voltam à tela da TV.

Horários

sábado: 3h, 11h30

domingo: 3h, 9h, 11h30

terça à sexta: 3h, 5h, 7h

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/especiais/memoria.asp>

É lei

Aqui você vai ver as propostas que passaram pelo Senado e viraram leis de interesse do cidadão.

Acompanhe o que muda sua vida e determina os rumos do Brasil.

Todo dia, na TV Senado

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/institucionais/institucionais.asp>

Palestras e Seminários

Programa que transmite palestras e seminários que são feitos no Senado.

Fonte: www.senado.gov.br

Plenário



A TV Senado está presente em todas as sessões plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional.

As sessões plenárias têm prioridade de exibição sobre qualquer outro programa na TV Senado, são apresentadas ao vivo e preferencialmente reapresentadas às 21h30 do mesmo dia.

Esse trabalho resulta em diversos tipos de programas: transmissões ao vivo, íntegras de reuniões pré-gravadas, entrevistas e outras gravações utilizadas na produção de jornalismo e de programas especiais.

Horários:

De segunda a quinta-feira: 14h e reapresentação às 21h30.

Sexta-feira: 9h e reapresentação às 14h30.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/plenario/plenario.asp>

Quem tem medo da música clássica?

Exibido nos fins-de-semana, pode-se dizer que este programa é um dos maiores sucessos de público da TV Senado, recordista em telefonemas e mensagens recebidos. No programa, Artur da Távola comenta e explica obras musicais eruditas dos mais variados tipos, desde óperas a peças de piano. Com seu jeito descontraído, Artur da Távola contagia o público com o grande amor que sente pela música, explicando, com detalhes, as nuances das obras e a dinâmica da orquestra. À medida que vai transmitindo seu conhecimento musical, Artur desmistifica a música clássica e não deixa espaço para o medo. Muitos espectadores não resistem e correm para o telefone ou para o computador e elogiam.

Horários

Sábado: 10h, 18h

Domingo: 10h, 18h, 24h

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/quemtemmedo/quemtemmedo.asp>

Repórter Senado

Grandes reportagens da nossa equipe, que percorre todo o território nacional para tratar de temas atuais e históricos.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/tv/programas/reporter%20senado/reportersenado.asp>

Senado Documento

Uma série de programas especiais, em formato de documentário, sobre temas relevantes da história do Brasil e da realidade nacional

Fonte:

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/senado%20documento/senado%20documento.asp>

Senado Informa Entrevista

Entrevistas diárias com os senadores sobre os principais assuntos debatidos e votados na casa. São gravadas ao lado do plenário, direto do "Cafezinho dos Senadores". Podem ser vistas durante toda a programação.

Fonte: http://www.senado.gov.br/tv/programas/senadoinforma/si_entrevista.asp

Tela Brasil

Um olhar aprofundado sobre a diversidade cultural e humana do Brasil.

<http://www.senado.gov.br/tv/programas/telabrasil/telabrasil.asp>

ANEXO 2

MANUAL TV SENADO

NORMAS GERAIS

1 - A prioridade da emissora é a transmissão ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões. A TV SENADO veiculará também outras atividades do Senado bem como o trabalho parlamentar dos senadores.

2 - Como emissora pública, a TV SENADO deve contribuir para a elevar o nível de informação da sociedade, veiculando programas de caráter educativo, cultural e científico, por ela produzidos ou obtidos de terceiros.

3 - Fica proibida na TV SENADO a veiculação de imagens que incitem o público à violência, ao uso de drogas e ao preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

4 - A TV SENADO é gerida por um corpo executivo nomeado pela Secretaria de Comunicação Social e tem como órgão máximo de deliberação o Conselho Administrativo e Editorial, a quem cabe decidir sobre os casos omissos neste manual.

5 - Todo produto da TV SENADO somente será gravado, editado e veiculado com a prévia aprovação da direção e da chefia de Redação.

NORMAS ESPECÍFICAS

1 - VIVO

1.1 - A cobertura do plenário da Casa terá prioridade absoluta sobre qualquer outra do Congresso.

1.2 - Os equipamentos de gravação do plenário deverão ser checados pelo menos uma hora antes da abertura dos trabalhos.

1.3 - Os cinegrafistas e assistentes deverão estar com os equipamentos no local de cobertura pelo menos 45 minutos antes da abertura dos trabalhos.

1.4 Os operadores de vídeo deverá iniciar os procedimentos de alinhamento de câmeras pelo menos 30 minutos antes da abertura dos trabalhos.

1.5 O diretor de TV deverá receber informação do "OK" técnico pelo menos 15 minutos antes da abertura dos trabalhos.

1.6 O operador de VT deverá posicionar as fitas para gravação pelo menos 5 minutos antes da abertura dos trabalhos.

1.7 O programador do horário acompanhará todo o processo prévio de checagem do "vivo", sob a supervisão do coordenador de transmissão ao vivo.

1.8 O coordenador de transmissão ao vivo será um jornalista do quadro do Senado, designado pela chefia de Redação, e se responsabilizará pelo acompanhamento das transmissões de eventos ao vivo e pelas instruções dadas ao diretor de TV, ao operador de GC e ao programador do horário. A quem caberá a palavra final sobre a programação.

1.9 - Durante a transmissão ao vivo os créditos a serem inseridos serão definidos pelo coordenador do vivo ou, na ausência deste, pelo chefe imediato.

1.10 - A transmissão deverá basear-se no encaminhamento dado à sessão pelo presidente da Mesa. Sempre que este estiver com a palavra, é ele quem deverá ser focalizado. Durante a sessão plenária, somente o orador, em plano médio americano, deverá ser focalizado. Os cortes para os apartes só poderão ser feitos quando esses forem autorizados pelo orador ou pelo presidente. Planos mais abertos serão permitidos apenas em sessões deliberativas.

1.11 - Nenhum programa pré-gravado será transmitido sem sua respectiva vinheta de identificação e sem crédito, exceto quando a creditagem for feita no ar.

1.12 Terminada a transmissão ao vivo, será veiculado apenas o que for determinado pelo coordenador do vivo, em comum acordo com o coordenador de programação.

1.13 - É vedada a permanência na "suíte" do vivo de quaisquer pessoas que não estejam envolvidas na operação.

1.14 - O repórter que estiver narrando uma transmissão (ao vivo ou em off), seja nas sessões plenárias ou nas reuniões das comissões, deverá falar somente até o momento do início dessas, jamais sobrepondo sua fala à do presidente.

1.15 - O repórter que estiver narrando uma transmissão (ao vivo ou em off) deverá preencher, com informações, os intervalos de áudio entre um orador e outro, especialmente nas sessões deliberativas, enquanto se aguarda o resultado. Ao encerrar a transmissão, o repórter deverá assinar "TV Senado, informação e cidadania".

2- PROGRAMAÇÃO

9.1 - O Núcleo de Programação funcionará diretamente subordinado à chefia de Redação.

9.2 - Caberá ao Coordenador de Programação o planejamento e o controle de tudo o que vai ao ar, zelando pela eficiência e qualidade da transmissão.

9.3 - A programação no ar será prioritária, não podendo ser sacrificada, em tempo algum, para gravações em circuito fechado, recepção de programas, produção de chamadas ou gravações em geral.

9.4 - O coordenador submeterá, ao final do dia, a proposta de programação à chefia imediata. A grade deverá informar todos os programas previstos e os horários correspondentes, além de detalhes de conteúdo. Essa grade ficará sujeita à aprovação da direção da TV SENADO e do Diretor da Secretária de Comunicação Social.

9.5. O espelho da programação do dia deverá conter os seguintes itens: retranca, número do programa, início da exibição e tempo de duração.

9.6 - Ao iniciar cada turno, o programador deverá conferir a programação definida e fazer os ajustes necessários. Ao final do turno, informar ao programador do horário seguinte problemas e alterações na grade original. Esse trabalho incluirá a conferência do "videostore" e a alimentação do "vivo", bem como o controle da duração dos programas.

9.7 - Os chefes de Redação e de Reportagem informarão ao programador do horário os produtos não previstos que deverão ser incluídos na programação, sem prejuízo da grade básica.

9.8 - As chefias de Edição e de Redação serão encarregadas de informar à Programação o andamento da produção de programas e a previsão de entrega.

9.9 - Caberá à Programação fiscalizar a qualidade da emissão - áudio e vídeo - e, em caso de falhas, acionar o setor técnico.

9.10 - O núcleo de Programação deverá zelar pelo padrão visual dos programas e informar à chefia de Redação eventuais falhas para as devidas correções.

9.11 - O núcleo de Programação ficará encarregado de providenciar as chamadas dos programas, com apoio de um editor de texto e com antecedência mínima de três dias para veiculação até a exibição. As chamadas deverão atender a um padrão previamente definido.

9.12 - É de competência da Programação providenciar a divulgação da grade para os meios de comunicação especializados em televisão e para a imprensa em geral.

